

**Universidades Lusíada**

Correia, José de Matos, 1963-

**Notas para a história da revisão constitucional de 2001**

<http://hdl.handle.net/11067/5115>  
<https://doi.org/10.34628/2b9z-c723>

**Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	2003
<b>Palavras Chave</b>	Direito constitucional - Portugal
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	yes
<b>Coleções</b>	[ILID-CEJEA] Polis, n. 09-12 (2003)

Esta página foi gerada automaticamente em 2023-05-04T21:37:18Z com informação proveniente do Repositório

## **Notas para a história da Revisão Constitucional de 2001**

**José de Matos Correia<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Docente da Universidade Lusfada de Lisboa (Departamentos de Direito e de Relações Internacionais). Deputado à Assembleia da República. Membro da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional.



## SUMÁRIO

1. A rota para a revisão extraordinária
2. A decisão de rever
3. Os projectos de revisão constitucional
4. Os trabalhos da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional (CERC)
5. A apreciação em Plenário
6. Conclusão





## 1. A rota para a revisão extraordinária

A quinta revisão da Constituição da República Portuguesa – e segunda de tipo extraordinário –, ocorrida em 2001, encontra a sua “ratio essendi” no desejo de ratificação do Estatuto de Roma que cria o Tribunal Penal Internacional, aberto à assinatura em 17 de Julho de 1998 e subscrito pelo nosso país em 7 de Outubro do mesmo ano<sup>2</sup>. Na verdade, embora o processo tenha acabado por conduzir também à alteração de disposições constitucionais atinentes a outras matérias, em função de decisões políticas posteriormente assumidas, a “causa causans” da abertura do processo de modificação extraordinária foi a impossibilidade de compatibilizar alguns dispositivos da lei fundamental e do Estatuto de Roma.

Por estranho que possa parecer, embora as dúvidas de inconstitucionalidade se tivessem colocado noutros países – *maxime* a França<sup>3</sup> – e fosse bem visível, no decurso do processo negocial, a susceptibilidade da existência de problemas desse teor<sup>4</sup>, nunca a Assembleia da República foi informada – nem mesmo aquando da assinatura do texto do tratado – das dificuldades que, com quase

---

<sup>2</sup> São escassos os estudos académicos elaborados em Portugal sobre a temática do Tribunal Penal Internacional. Apresentam contudo especial interesse alguns escritos da Prof. Doutora Paula Escarameia, que desde a primeira hora integrou a equipa negocial portuguesa: “O Tribunal Criminal Internacional – aspectos da negociação”; “O Tribunal Penal Internacional”; “A força dos direitos humanos”; “Notes on the implementation of the Rome Statute in Portugal” e “The implementation of the Statute: problems of constitutional order” (todos publicados em “Reflexões sobre Temas de Direito Internacional – Timor, a ONU e o Tribunal Penal Internacional”, Lisboa, ISCSP, 2001, pp. 255-296).

<sup>3</sup> A propósito da adopção da Lei Constitucional n.º 99-568, de 8 de Julho de 1999, que inseriu no Título VI da Constituição francesa o artigo 53.º n.º 2, relativo ao Tribunal Penal Internacional, pode consultar-se:

- o relatório do Deputado Alain Vidalies, em nome da Comissão de Leis Constitucionais, de Legislação e de Administração Geral da República («*hyperlink* <http://www.assemblee-nationale.fr/2/rapports/r1501.htm>» »)
- o relatório do Senador Robert Badinter, em nome da Comissão de Legislação do Senado ([http://www.senat.fr/rap/198-318/198-318\\_mono.html](http://www.senat.fr/rap/198-318/198-318_mono.html))
- o debate no Congresso do Parlamento (<http://www.assemblee-nationale.fr/2/cra/98-99/99062809.htm>)

<sup>4</sup> Confirma-o Paula Escarameia, in op. cit., p. 282/3 e p. 294/5.

total certeza, viriam a ser suscitadas. No limite, o Governo da altura tentou inclusive contornar o problema, como o atesta o envio ao Parlamento da proposta de resolução n.º 41/VIII<sup>5</sup>, cujo objecto era a simples aprovação, para ratificação, do Estatuto.

Em ordem a sustentar a sua atitude de desvalorização, o Executivo fez juntar àquela proposta um longo parecer, datado de 27 de Janeiro de 2000 e subscrito pelo Dr. José Souto de Moura<sup>6</sup> – então Procurador-Geral Adjunto. O documento, analisando ponto por ponto as possíveis causas de desconformidade constitucional, acabava por concluir pela inexistência de violações da lei fundamental, incluindo na questão mais polémica de todas, que se prendia com a possível aplicação, pelo Tribunal Penal Internacional, da pena de prisão perpétua<sup>7</sup>.

Não se considerando assim necessária qualquer revisão preventiva da Constituição, parecia aberto o caminho à decisão política de ratificação do Estatuto de Roma<sup>8</sup>. No fim de contas, tratar-se-ia apenas de mais um processo de aprovação parlamentar de tratado internacional. Prova disso é o facto de a dis-

---

<sup>5</sup> Aprovada na Reunião do Conselho de Ministros de 27 de Julho de 2000 e publicada no *Diário da Assembleia da República*, II Série-A, n.º 62, de 6 de Setembro de 2000. Já após toda a discussão gerada em torno da ratificação do Estatuto de Roma, o Governo aprovou, no Conselho de Ministros de 21 de Março de 2001, uma nova proposta de resolução (inserida num Suplemento do mesmo *Diário da Assembleia da República*), reformulando a apresentada em Julho, por forma a, como se pode ler no comunicado final desse Conselho, “fazer acompanhar a aprovação do Estatuto de duas declarações de intenções:

- a primeira, no sentido de Portugal manifestar a sua intenção de exercer o poder de jurisdição sobre pessoas encontradas em território nacional indiciadas pelos crimes previstos no n.º 1 do artigo 5.º do Estatuto, com observância da sua tradição penal, de acordo com as suas regras constitucionais e demais legislação penal interna, promovendo as acções que se mostrem necessárias a esse exercício;
- a segunda, no sentido de manifestar o desejo de que os pedidos de cooperação e os documentos comprovativos que os instruem, sejam redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de uma tradução nesta língua”.

<sup>6</sup> O Governo havia solicitado à Procuradoria-Geral da República, nos termos legais, um parecer sobre a questão da possível inconstitucionalidade do Estatuto de Roma. Contudo, e dada a urgência do processo, o parecer não chegou a ser apreciado pelo Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, pelo que não pode considerar-se como traduzindo a posição daquele órgão, mas tão só a do seu signatário.

<sup>7</sup> De facto, a páginas 150 do parecer pode ler-se que “sem escamotear a delicadeza da questão, propendemos a achar que o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 77.º do Estatuto, prevendo a pena de prisão perpétua, não deverá ser impeditivo da ratificação do Estatuto de Roma, mesmo mantendo intocada a nossa legislação interna”.

<sup>8</sup> A questão, na opinião do autor do parecer, colocar-se-ia, não ao nível das normas e princípios constitucionais, mas antes da legislação ordinária, razão pela qual entendia que uma eventual ratificação do Estatuto de Roma determinaria, isso sim, a necessidade de levar a cabo diversas alterações legislativas (conclusão 2ª do parecer, a páginas 154).



cussão do Estatuto ter chegado a ser agendada para a sessão de 12 de Outubro de 2000 do Plenário da Assembleia da República.

Mas a evolução dos acontecimentos viria a ser muito diversa, essencialmente devido à acção da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Regimentalmente chamada a intervir em função das matérias envolvidas no tratado<sup>9</sup>, a 1ª Comissão dedicou a sua reunião de 20 de Setembro de 2000 a uma análise perfunctória do Estatuto de Roma e de toda a problemática por ele suscitada. E logo aí ficaram bem patentes as interrogações dos diversos grupos parlamentares, quer quanto ao modo como o processo vinha sendo conduzido, quer quanto ao interesse político da vinculação de Portugal, quer ainda quanto ao facto de a ratificação exigir uma prévia modificação da lei fundamental<sup>10</sup>.

Ficou assim estabelecido que a Comissão de Assuntos Constitucionais levaria a cabo algumas audições, destinadas a habilitá-la com os elementos adequados a uma correcta abordagem de uma questão cuja sensibilidade – tanto jurídica quanto política – surgia como evidente e a permitir a elaboração do relatório que lhe competia apresentar no quadro do processo parlamentar de aprovação. Nesse sentido, colheu-se o parecer de vários especialistas na área do direito constitucional e internacional, com destaque para o Prof. Doutor Jorge Miranda e o Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa – este na forma escrita –, e ainda do Procurador-Geral da República, Dr. Cunha Rodrigues, dada a existência do parecer oriundo da Procuradoria a que já se aludiu.

A opinião dos juristas citados foi largamente coincidente: a vinculação de Portugal ao Tribunal Penal Internacional urgia; a sua efectivação determinava a necessidade de uma prévia revisão da Constituição<sup>11</sup>, na medida em que várias disposições do Estatuto – em matéria, por exemplo, de imunidades dos titulares de cargos políticos, de aplicação da pena de prisão perpétua ou de entrega de acusados ao TPI – se encontravam em manifesta contradição com a lei fundamental portuguesa.

A Comissão de Assuntos Constitucionais designou então o Deputado Alberto Costa para relator do processo. E este veio a apresentar um extenso e

---

<sup>9</sup> A intervenção no processo de aprovação de instrumentos internacionais é, por regra, da competência da Comissão de Negócios Estrangeiros (hoje denominada Comissão de Política Externa e Assuntos Europeus). No entanto, em muitos casos, as convenções são remetidas, conjunta ou exclusivamente, à Comissão parlamentar especializada em função da matéria. Foi o que ocorreu com o Estatuto de Roma.

<sup>10</sup> Embora só o Grupo Parlamentar do PSD tenha sido claro, desde o primeiro momento, quanto à necessidade de uma revisão constitucional extraordinária e à importância que atribua à sua efectivação.

<sup>11</sup> Embora a opinião largamente maioritária dos autores nacionais considerasse indispensável a revisão constitucional, havia quem propendesse para considerar desnecessária tal exigência. Era o caso de Paula Escarameia, op. cit., p. 286/7.

muito elaborado estudo<sup>12</sup> sobre a questão prévia da compatibilidade do Estatuto de Roma com a Constituição que, após proceder a uma análise exaustiva de todos os problemas suscitados, chegou fundamentalmente às seguintes conclusões:

- Os artigos 1.º (*República Portuguesa*), 202.º n.º 1 (*Função jurisdicional*) e 209.º (*Categorias de Tribunais*) da Constituição eram postos em causa pela atribuição ao Tribunal Penal Internacional de poderes para julgar crimes cometidos em território nacional, pois assim se diminuía a competência soberana constitucionalmente atribuída aos tribunais portugueses;
- O artigo 30.º n.º 1 da Constituição (*Limites das penas e das medidas de segurança*) não era compaginável com a possibilidade reconhecida ao Tribunal Penal Internacional de aplicar penas de prisão perpétua;
- Os números 1, 3 e 5 do artigo 33.º da Constituição (*Expulsão, extradição e direito de asilo*) eram questionados pelas normas do Estatuto prevendo a entrega de pessoas ao Tribunal Penal Internacional;
- Os artigos 130.º (*Responsabilidade criminal do Presidente da República*), 157.º (*Imunidades dos Deputados*) e 196.º (*Efectivação da responsabilidade criminal dos membros do Governo*) da Constituição eram desrespeitados pelas disposições do Estatuto consagradoras da irrelevância da qualidade oficial para efeitos de efectivação da respectiva responsabilidade criminal<sup>13</sup>.

Na sequência da verificação dessas diversas desconformidades entre a lei fundamental portuguesa e o texto do Estatuto de Roma, o relatório culminava na afirmação de que “a via que se preconiza para a ultrapassagem da incompatibilidade entre o Estatuto de Roma e algumas soluções constitucionais vigentes é a abertura de um processo de revisão extraordinária, nos termos do artigo 284.º n.º 2 da CRP, de que possa resultar uma indispensável cláusula habilitante ou alteração da disciplina constitucional de efeito equivalente”.

O documento, apreciado na reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais de 6 de Dezembro, veio a ser aprovado com os votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e a abstenção do PCP. A partir daí os contornos da questão ficavam definitivamente estabelecidos: ou se considerava que Portugal deveria preservar intocável o texto constitucional, ainda que tal pudesse vir a inviabilizar a adesão ao TPI; ou se entendia que a ratificação surgia como necessária e

---

<sup>12</sup> O relatório, cuja leitura se aconselha, encontra-se publicado no *Diário da Assembleia da República*, II Série-A, de 9 de Dezembro de 2000.

<sup>13</sup> O parecer abordava ainda o problema de saber se uma eventual ratificação do Estatuto não poderia pôr em causa os limites materiais à revisão constitucional, nomeadamente no que diz respeito à intangibilidade dos direitos, liberdades e garantias estabelecida pela alínea d) do artigo 288.º, concluindo pela negativa.



urgente<sup>14</sup> – não podendo sequer esperar pela próxima revisão ordinária, apenas desencadeável a partir de 20 de Setembro de 2002<sup>15</sup> –, justificando-se, por isso, a abertura de um processo de alteração extraordinária da lei fundamental.

## 2. A decisão de rever

De um momento para o outro, a sociedade civil portuguesa despertou para o assunto “TPI” e para as possíveis consequências da assunção da qualidade de membro da novel jurisdição. Publicaram-se dezenas de artigos. Organizaram-se inúmeros debates. Multiplicaram-se polémicas. O País apaixonou-se pela questão. E, como tantas vezes sucede entre nós, emitiram-se opiniões sem conhecer os contornos exactos do problema ou sem o colocar no seu devido enquadramento. Em função disso, muitas afirmações imprecisas foram feitas.

É indiscutível que, de entre as várias dificuldades suscitadas pelo Estatuto de Roma, a principal se ligava, sem dúvida, à pena de prisão perpétua. Eram várias as razões apontadas.

Desde logo, a susceptibilidade de tal condenação ser determinada pelo TPI, quando a Constituição portuguesa afirmava, taxativamente, no seu artigo 30.º n.º 1, que não podia haver penas nem medidas de segurança privativas da liberdade com carácter perpétuo ou de duração ilimitada ou indefinida<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Urgência acrescida pelo facto de se ter perdido já muito tempo no processo de vinculação interno. Atente-se nas datas mais relevantes:

- assinatura do Estatuto de Roma em 7 de Outubro de 1998
- solicitação à Procuradoria-Geral da República de um “parecer relativo à viabilidade jurídica da vinculação de Portugal ao Estatuto do Tribunal Criminal Internacional” em 20 de Maio de 1999
- emissão do parecer em 27 de Janeiro de 2000
- aprovação da proposta de resolução no Conselho de Ministros de 27 de Julho de 2000.

<sup>15</sup> Recorde-se que a 4ª revisão constitucional foi operada através da Lei n.º 1/97 de 20 de Setembro e que, nos termos do artigo 284.º n.º 1 da lei fundamental, só decorridos cinco anos sobre a data da publicação da última lei de revisão constitucional ordinária é possível abrir novo processo de revisão.

<sup>16</sup> Este argumento, ao qual aliás aderiria o relatório do Deputado Alberto Costa, não procede a nosso ver. De facto, admitir a violação do artigo 30.º n.º 1 da Constituição é aceitar a ideia de que, por causa da participação nacional no Estatuto de Roma, se desencadearia a reintrodução – ainda que indirecta – da pena de prisão perpétua na nossa ordem jurídica, o que não sucederá. Assim, após a adesão do País ao TPI os tribunais portugueses continuarão a aplicar – nos exactos termos que hoje ocorrem – as penas previstas no Código Penal. A prisão perpétua é uma pena determinável apenas pelo TPI – que não integra o universo dos tribunais portugueses – e nos feitos submetidos ao seu próprio julgamento.

Depois, o facto de o Estado português poder ser forçado a entregar<sup>17</sup> acusados ao tribunal, para efeitos de julgamento e eventual sujeição a tal punição. É que a lei fundamental apenas admitia (artigo 33.º n.º 5) a extradição por crimes a que correspondesse, segundo o direito do Estado requisitante, pena ou medida de segurança preventiva ou restritiva da liberdade com carácter perpétuo ou de duração indefinida, em condições de reciprocidade estabelecidas em convenção internacional e desde que o Estado requisitante oferecesse garantias de que tal pena ou medida de segurança não seria aplicada ou executada, o que “in casu” se afigurava manifestamente impossível.

Convém, no entanto, reiterar que, ao contrário do que tantas vezes foi apregoado, nunca esteve em causa a reintrodução na ordem jurídica nacional da prisão perpétua. O problema suscitava-se antes em função da possibilidade de aplicação pelo TPI de pena dessa índole a factos ocorridos em território nacional ou praticados por cidadãos portugueses.

De resto, nada apontava para que tal viesse efectivamente a suceder, dado o facto de o TPI exercer uma jurisdição de carácter complementar, isto é, só poder actuar quando os sistemas judiciais estaduais não puderem ou não quisessem fazê-lo ou ainda quando não observarem procedimentos considerados como genuínos. A natureza democrática do regime português parecia, aliás, afastar “ad limine” essa hipótese. Mas, apesar de os problemas suscitados serem claramente mais de compatibilidade teórica do que de relevância concreta, a verdade é que sem revisão da Constituição não poderia haver ratificação do Estatuto.

Impunha-se, assim, um conjunto de decisões políticas. Primeiro, sobre se a ratificação célere do acto constitutivo do TPI correspondia ou não ao interesse nacional português. Depois, caso a opção tomada fosse no sentido positivo, importava também determinar o “modus faciendi”: revendo cada uma das normas constitucionais que colocassem dúvidas de incompatibilidade ou introduzindo uma cláusula habilitante de tipo genérico, autorizando a vinculação ao Estatuto e eliminando preventivamente toda a contradição entre ambos os textos.

Qualquer das soluções surgia como conceptualmente aceitável. A segunda via recebia, porém, o apoio maioritário – quiçá mesmo unânime – da doutrina favorável à ratificação, por parecer tecnicamente mais prudente. Fora, de resto, adoptada pela França que, através da revisão constitucional ocorrida em 1999, inseriu um novo n.º 2 do artigo 53.º, do seguinte teor: “A República pode reconhecer a jurisdição do Tribunal Penal Internacional, nas condições previstas pelo tratado assinado em 18 de Julho de 1998”. E tinha sido igualmente seguida

---

<sup>17</sup> Embora a Constituição portuguesa apenas falasse em extradição e existam, no plano teórico, diferenças entre esta figura e a da entrega, a verdade é que, para efeitos de interpretação constitucional, a assimilação dos dois conceitos tem plena justificação.



pelo Luxemburgo, ao introduzir uma emenda no artigo 118.º da sua lei fundamental, estabelecendo que “Nenhuma disposição da Constituição constituirá obstáculo à aprovação do Estatuto do Tribunal Penal Internacional ou ao cumprimento das obrigações daí decorrentes, nas condições estabelecidas pelo Estatuto”.<sup>18</sup>

A abertura de um processo extraordinário de revisão requer, nos termos constitucionais – artigo 284.º n.º 2 –, uma decisão que congregue o apoio de 4/5 dos deputados em efectividade de funções. Ou seja, um total de 184 parlamentares, o que no quadro vigente implicava, necessariamente, um prévio entendimento entre os dois maiores partidos políticos – o Partido Socialista e o Partido Social Democrata. Tanto mais que as outras forças políticas se inclinavam no sentido da recusa de apoiar uma revisão constitucional motivada pelo TPI, ou hesitavam em assumir uma posição sobre o assunto, preferindo considerar que envolvia uma questão de consciência e assim abrir aos seus deputados o caminho da liberdade de voto.

O indispensável acordo político veio a ser atingido num encontro ocorrido em 26 de Janeiro de 2001 entre o Secretário-Geral do Partido Socialista, Eng.º António Guterres e o Presidente do Partido Social Democrata, Dr. Durão Barroso. As opiniões dos dois partidos convergiam para a conclusão de que Portugal deveria integrar o grupo dos Estados liderantes da decisiva inovação do direito internacional traduzida na institucionalização de um órgão jurisdicional de carácter permanente, com o objectivo de punir os responsáveis por crimes de guerra, por crimes contra a paz e a humanidade e por crimes de agressão.

O entendimento de ambos foi portanto o de que se tratava de um importante avanço civilizacional, à margem do qual o País se não poderia colocar e não face a qualquer questionar de valores fundamentais. Na mesma reunião ficou também decidido que, em termos jurídicos, a opção passaria por incluir na lei fundamental uma cláusula de autorização da ratificação do Estatuto de Roma, assim resolvendo, com maior segurança, qualquer tipo de problema que pudesse suscitar-se.

Essencial era também delimitar o âmbito da revisão constitucional extraordinária. Dever-se-ia enveredar por uma alteração restrita à questão do TPI? Ou justificava-se aproveitar a oportunidade em ordem a intervir ao nível de outros normativos constitucionais?

Num primeiro momento, o Partido Socialista sustentou a abordagem limitativa. O Partido Social Democrata, ao invés, entendia que indo decorrer um processo de revisão, não faria qualquer sentido deixar passar a ocasião sem equacionar, pelo menos, um problema que urgia resolver: o acolhimento de associações sindicais sem direito à greve, “*conditio sine qua non*” que o PSD

---

<sup>18</sup> Lei de 8 de Agosto de 2000.



colocava para permitir a viabilização da criação de sindicatos nas forças policiais<sup>19</sup>.

O compromisso estabelecido entre o Eng.º António Guterres e o Dr. Durão Barroso foi assim no sentido de que a revisão se iria alargar, pelo menos, a essa questão, sem embargo de ambos os partidos, outras formações com assento parlamentar ou qualquer deputado poderem, no quadro das respectivas iniciativas de revisão, avançar com propostas adicionais – direito aliás constitucionalmente irrecusável<sup>20</sup> –, ficando a sua eventual aceitação dependente da evolução dos próprios trabalhos de revisão.

Definidos os contornos concretos da decisão política, importava dar-lhe conteúdo jurídico-constitucional. Com esse desiderato, o Partido Socialista apresentou, em 2 de Março de 2001<sup>21</sup>, o projecto de resolução n.º 120/VIII<sup>22</sup>, visando

---

<sup>19</sup> Vale a pena relembrar, de forma breve, o historial desta questão. O PSD opusera-se tradicionalmente à existência de sindicatos nas forças de segurança enquanto estas não assumissem um carácter plenamente civil. E, a este propósito, importa recordar que as forças de segurança apresentaram tradicionalmente em Portugal uma estrutura organizatória e uma cadeia de comando de tipo militar, o que explica aliás a sujeição do seu pessoal a um regime próximo do das Forças Armadas (artigo 69.º n.º 2 da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas – versão original).

Neste quadro, a posição do PSD havia sido sempre idêntica:

- não ao reconhecimento do direito à greve por parte dos militares e agentes das forças de segurança, na linha aliás do estabelecido pelo artigo 270.º da Constituição
- oposição à existência de sindicatos (mas não de associações de tipo profissional) enquanto o carácter paramilitar de tais forças persistisse.

Transformada a PSP em organismo de natureza civil (diferentemente do que continua a ocorrer com a GNR), o PSD levantou as suas objecções à criação de associações de natureza sindical, desde ficasse claro que tais entidades não gozariam da prerrogativa da convocação de greves. Ora, tratando-se de duas realidades inseparáveis, porquanto a lei fundamental portuguesa não acolhe a figura dos sindicatos sem direito à greve, a adopção legal de uma solução desse teor violaria frontalmente diversos normativos constitucionais (artigos 55.º, 57.º e 270.º). Assim, uma lei orgânica que viesse a consagrar a existência de sindicatos de forças de segurança, amputando do seu quadro jurídico de actuação o direito à greve, seria irremediavelmente inconstitucional. E a previsível declaração dessa inconstitucionalidade teria a necessária consequência de sujeitar tais sindicatos às regras gerais sobre associações sindicais, reconhecendo-lhes por isso o direito à greve. Com base neste raciocínio, o PSD sustentava assim que sindicatos nas forças de segurança só poderiam ser admitidos com a expressa restrição constitucional do direito à greve.

<sup>20</sup> Recorde-se que a Constituição reserva o direito de iniciativa, nesta matéria, exclusivamente aos deputados (artigo 285.º n.º 1).

<sup>21</sup> Entretanto, nos dias 19 e 20 de Fevereiro, tivera lugar na Assembleia da República, numa organização conjunta do Parlamento português e da Parliamentarians for Global Action (PGA), uma “Conferência sobre a Ratificação do Tribunal Penal Internacional nos Países Lusófonos”. O documento final da Conferência – designado Plano de Acção relativo à ratificação

a assunção, pela Assembleia da República, de poderes extraordinários de revisão constitucional. Alguns dias mais tarde – a 8 de Março – o Partido Social Democrata fez entrega do projecto de resolução n.º 122/VIII<sup>23</sup>, com idêntico objectivo. A atitude dos dois principais partidos não foi seguida por qualquer outro grupo parlamentar.

Ambos os projectos, conquanto relativamente sucintos, forneciam desde logo pistas sobre o sentido das propostas de revisão constitucional que cada partido viria posteriormente a apresentar.

Assim, o PS, salientando os desenvolvimentos relevantes em curso na cena internacional e europeia, destacava “a emergência de uma mais ampla tutela internacional dos direitos do homem, com a instituição de um tribunal penal internacional de carácter permanente que complemente as jurisdições nacionais no combate a alguns dos mais graves crimes que afectam a humanidade”. Mas não deixava de sublinhar, também, as “necessidades que decorrerão da construção do “espaço de liberdade, segurança e justiça”, prometido à Europa no Tratado de Amsterdão”.

Por seu lado, o PSD considerava “que a oportunidade de abertura de um processo extraordinário de revisão não pode deixar de dar resposta a questões específicas que na agenda política nacional estão pendentes de alterações à Constituição, mal se compreendendo que esse processo de revisão, uma vez aberto, viesse a ocorrer ignorando e secundarizando matérias que, em alguns casos, aguardam há já alguns anos pela sua resolução constitucional”. Entendia, por isso, que sem prejuízo de um conjunto mais alargado de matérias que, pela sua natureza estruturante, deviam vir a ser apreciadas em sede de revisão ordinária, existiam “quatro pontos a merecer um tratamento imediato:

- a consagração da possibilidade de reconhecimento da jurisdição do Tribunal Penal Internacional;
- a reciprocidade de direitos políticos aos cidadãos dos países de língua portuguesa;
- a exclusão do exercício do direito à greve pelas associações sindicais integradas por agentes de forças de segurança;

---

do TPI nos Países Lusófonos –, depois de no seu preâmbulo reiterar “a urgência em alcançar a operatividade do TPI, que poderá garantir o acesso a justiça por parte das vítimas dos crimes perpetrados após a entrada em vigor do Estatuto”, culminava na proposta aos Estados membros da CPLP para que se concertassem entre si “por forma a ratificarem o Estatuto do TPI o mais rapidamente possível e num espaço temporal o mais aproximado”.

<sup>22</sup> Publicado no *Diário da Assembleia da República*, II Série-A, n.º 40, de 10 de Março de 2001 (ver também o anexo I do presente artigo).

<sup>23</sup> Publicado no *Diário da Assembleia da República*, II Série-A, n.º 41, de 15 de Março de 2001 (ver também o anexo I do presente artigo).



- a limitação à renovação sucessiva do exercício de cargos políticos e de altos cargos públicos”<sup>24</sup>.

A discussão dos projectos de resolução veio a ser agendada para a sessão plenária de 22 de Março e, nas diversas intervenções aí proferidas<sup>25</sup>, os partidos deixaram clara a sua apreciação acerca do interesse ou da necessidade de desencadear, naquele momento, um processo de revisão extraordinária: PS e PSD, naturalmente, a favor; PCP<sup>26</sup>, Bloco de Esquerda e “Os Verdes” contra; CDS/PP expressando algumas reservas quanto à prática de modificar com demasiada frequência a lei fundamental mas, consciente de que o processo iria ter lugar, aproveitando a oportunidade para anunciar desde logo a sua intenção de contribuir para o debate através da apresentação do seu próprio projecto de revisão.

A votação dos dois projectos de resolução ficou marcada para o dia 29 de Março. Contudo, pouco tempo antes de a mesma ocorrer, os grupos parlamentares do PS e do PSD procederam à entrega conjunta de um novo projecto de resolução – com o número 130/VIII<sup>27</sup> – destinado a substituir os anteriormente apresentados por cada um dos partidos. As razões para tal atitude são simples: existindo iniciativas autónomas, e não sendo regimentalmente possível que a respectiva votação ocorresse em simultâneo, poder-se-iam colocar, no plano político, algumas dificuldades em termos de viabilização mútua, tanto mais que, recorde-se, era indispensável reunir o apoio de 4/5 dos deputados em efec-

---

<sup>24</sup> O PSD juntou ao projecto de resolução sobre assunção de poderes de revisão constitucional, para efeitos meramente informativos, o texto daquilo que mais tarde viria a ser o seu próprio projecto de revisão constitucional. Isso levou o Presidente da Assembleia da República a lavrar um extenso despacho de admissibilidade – com o número 89/VIII –, tecendo várias considerações sobre tal anexo, que acabava por qualificar como “simple elemento de informação sem valor jurídico e com mero valor documental (isto é, reconhecendo-lhe o valor exacto que o partido proponente lhe pretendeu dar...). O despacho do Presidente da Assembleia da República encontra-se também publicado no *Diário da Assembleia da República*, II Série-A, n.º 41 (ver também o anexo I ao presente artigo).

<sup>25</sup> O debate pode encontrar-se no *Diário da Assembleia da República*, II Série-A, n.º 63, de 23 de Março de 2001.

<sup>26</sup> O PCP, pela voz do Deputado António Filipe, aproveitou a ocasião para reiterar o seu entendimento de que a vinculação ao Estatuto de Roma reintroduziria no nosso País a prisão perpétua. Assim, em ordem a impedir “um retrocesso dessa natureza na ordem jurídica portuguesa”, anunciou a apresentação de um projecto de lei contendo alterações ao Código Penal criando “mecanismos legais que permitam aos tribunais portugueses julgar indivíduos que se encontrem em Portugal e que sejam acusados da prática de qualquer um dos crimes previstos no Estatuto do Tribunal Penal Internacional” (*Diário da Assembleia da República*, cit., p. 2493).

<sup>27</sup> Publicado no *Diário da Assembleia da República*, II Série-A, n.º 46, de 31 de Março de 2001 (ver também o anexo I do presente artigo).

tividade de funções. Acresce que os dois projectos, embora divergindo na parte justificativa, coincidiam quase integralmente na respectiva dimensão decisória.

No entanto, as diferenças entre o novo texto e os documentos substituídos eram visíveis. De facto, o projecto de resolução n.º 130/VIII referia apenas, como fundamento para a assunção de poderes de revisão, a ratificação do Estatuto de Roma<sup>28</sup>. Além disso, o texto deixava algumas mensagens a propósito do objecto do processo, ao aludir à desejabilidade de os projectos a apresentar atenderem à circunstância de se estar perante uma alteração constitucional de natureza extraordinária.

Submetido a votação, o projecto veio a colher o apoio do PS, do PSD e do CDS/PP e a merecer a oposição do PCP, de “Os Verdes” e do Bloco de Esquerda. Merecedor de registo é o facto de não se ter verificado contagem formal de votos, até porque não foi requerida votação nominal. No entanto, respondendo a uma interpelação do líder parlamentar do PCP, o Presidente da Assembleia da República esclareceu que, segundo informação do Secretário da Mesa, a quem tinha pedido que fizesse a contagem, se tinham registado 186 votos a favor.<sup>29</sup> A necessária maioria de 4/5 tinha sido portanto atingida e, mesmo, ultrapassada.

### 3. Os projectos de revisão constitucional

A publicação da Resolução da Assembleia da República n.º 27/2001 de 4 de Abril<sup>30</sup> abria, assim, um processo de alteração extraordinária da lei fundamental.

A primeira força política a avançar, formalmente, com o seu projecto de revisão, foi o PSD. Nos termos constitucionais – artigo 285.º n.º 2 – começava aí a contagem de um prazo de trinta dias para a apresentação de outras iniciativas. Apenas mais duas surgiram: uma da autoria do PS – datada também de 5 de Abril – e outra originária do CDS/PP, entregue a 23 do mesmo mês.

#### 3.1. O projecto do PSD

Tal como o projecto de resolução n.º 122/VIII já deixara antever, a iniciativa dos social democratas desdobrava-se em quatro pontos<sup>31</sup>: o Tribunal Penal Internacional, a reciprocidade de direitos políticos em favor dos cidadãos de

<sup>28</sup> “Denominador comum” das iniciativas, se referia no projecto de resolução.

<sup>29</sup> Ver *Diário da Assembleia da República*, I Série, de 30 de Março de 2001.

<sup>30</sup> Aprovada em 29 de Março, a Resolução haveria de ser publicada no *Diário da República*, I Série, de 4 de Abril.

<sup>31</sup> O projecto de resolução constitucional n.º 1/VIII foi publicado no *Diário da Assembleia da República*, II Série-A, n.º 48 (Suplemento), de 7 de Abril de 2001 (ver também o anexo II ao presente artigo).



países de língua oficial portuguesa, as associações sindicais nas forças de segurança e a limitação de mandatos de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos. Ou seja, para além de retomar ideias defendidas pelo partido em anteriores revisões constitucionais (v.g., a reciprocidade de direitos políticos<sup>32</sup>), a oportunidade era aproveitada para avançar com propostas visando solucionar problemas aflorados em debates políticos recentes (como fora o caso da proposta de lei sobre associativismo sindical na PSP, ou a limitação dos mandatos, suscitada no quadro da discussão que deu origem à nova lei eleitoral autárquica – Lei Orgânica n.º 1/2001 de 14 de Agosto).

No que se referia ao Tribunal Penal Internacional, o PSD sustentava que a sede constitucionalmente mais adequada para solucionar o problema era o normativo delimitador dos princípios que regem a acção do Estado em matéria de relações internacionais. Consequentemente, avançava com o aditamento de um novo n.º 7 ao artigo 7.º, optando pela inserção de uma cláusula genérica de aceitação da jurisdição do TPI e criando uma excepção constitucionalmente sustentada que possibilitasse a aplicação na ordem jurídica portuguesa de todas as normas do Estatuto em desconformidade com a lei fundamental<sup>33</sup>.

Em matéria de reciprocidade de direitos políticos, a via alvitada passava pela alteração do artigo 15.º, mais especificamente do seu n.º 3 com o desiderato de ampliar, de forma significativa, o conjunto de direitos políticos de que podem gozar os cidadãos brasileiros<sup>34</sup> e dos demais países de língua oficial portuguesa<sup>35</sup>. Nos termos da proposta, de fora da equiparação ficariam apenas o

---

<sup>32</sup> A questão da reciprocidade de direitos em benefício dos cidadãos dos países lusófonos havia sido suscitada em várias revisões constitucionais, sempre por iniciativa do Partido Social Democrata. As discussões sobre o tema podem encontrar-se nos seguintes *Diários da Assembleia da República*:

– n.º 66 – RC, de 11 de Janeiro de 1989, pp. 2013-2018 e n.º 64, I Série, de 15 de Abril de 1989, pp. 2198-2205 (revisão constitucional de 1989)

– n.º 6-RC, II Série, de 12 de Outubro de 1994, pp. 133-137, n.º 7-RC, II Série, pp. 140-146 (frustrada revisão constitucional de 1994).

<sup>33</sup> Texto proposto: “*Portugal pode, em condições de complementaridade face à jurisdição nacional e tendo em vista a realização de uma justiça internacional que promova o respeito pelos direitos da pessoa humana e dos povos, reconhecer a jurisdição do Tribunal Penal Internacional, conforme estabelecido no Estatuto de Roma*”.

<sup>34</sup> Recorde-se que, de acordo com o § 1.º do artigo 12.º da Constituição Brasileira de 1988, aos portugueses com residência permanente naquele país são atribuídos, em caso de reciprocidade, os direitos inerentes ao brasileiro, excepção feita àqueles que são privativos do brasileiro nato e que, nos termos do § 3.º da mesma disposição, são os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de Ministro do Supremo Tribunal Federal, de Ministro de Estado da Defesa, a carreira diplomática e oficial das Forças Armadas.

<sup>35</sup> Como se sabe, o n.º 3 do artigo 15.º da Constituição, na versão estabelecida pela LC 1/92 vedava, em absoluto, aos cidadãos dos países de língua portuguesa, o acesso à titula-

acesso aos cargos de Presidente da República, de Presidente da Assembleia da República, de Primeiro-Ministro, de Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e de Presidente do Tribunal Constitucional, bem como o serviço nas forças armadas e na carreira diplomática<sup>36</sup>.

Em terceiro lugar, propunha-se o aditamento de um n.º 5 ao artigo 51.º, estatuinto a possibilidade de restrição legal ao exercício de direitos – designadamente o direito à greve – por parte das associações sindicais integradas por agentes das forças de segurança<sup>37</sup>.

Por fim, defendia-se uma restrição em matéria de capacidade eleitoral passiva<sup>38</sup>, autorizando o legislador ordinário a estabelecer limites à renovação sucessiva de mandatos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, desde que de natureza executiva e de duração certa.<sup>39</sup>

### 3.2. *O projecto do PS*

O projecto de revisão n.º 2/VIII<sup>40</sup>, da autoria do Partido Socialista, abrangia também as duas questões anteriormente apontadas no projecto de resolução

---

ridade dos órgãos de soberania e dos órgãos de governo próprios das regiões autónomas, o serviço nas forças armadas e a carreira diplomática. Sobre o assunto, ver Ricardo Leite Pinto, José de Matos Correia e Fernando Roboredo Seara, *Ciência Política e Direito Constitucional – Introdução à Teoria Geral do Estado*, Oeiras, Livraria Republicana, 2000, p. 101 e seguintes.

<sup>36</sup> Texto proposto: “Aos cidadãos da República Federativa do Brasil e dos demais Estado de língua oficial portuguesa, com residência permanente em Portugal, são reconhecidos, nos termos da lei, mediante observância das convenções internacionais e em condições de reciprocidade, os direitos próprios dos cidadãos portugueses, com excepção do direito de acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Presidente do Tribunal Constitucional, e do serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática”.

<sup>37</sup> Texto proposto: “A lei pode estabelecer restrições ao exercício dos direitos de associações sindicais integradas por agentes de forças de segurança, designadamente o direito à greve”.

<sup>38</sup> Texto proposto: “A lei pode estabelecer limites à renovação sucessiva do mandato dos titulares de cargos políticos e do exercício de altos cargos públicos, com natureza executiva e duração certa”.

<sup>39</sup> Recorde-se que esta questão da limitação de mandatos fora já objecto de escrutínio pelo Tribunal Constitucional. No seu acórdão n.º 364/91 de 31 de Julho de 1991, aquele Tribunal pronunciou-se pela inconstitucionalidade da norma do artigo 2.º do Decreto n.º 356/V da Assembleia da República (cujo objectivo era reformar a Lei Eleitoral para as Autarquias Locais), por violação do disposto nos artigos 18.º n.ºs 2 e 3 e 50.º n.º 3 da Constituição da República. Tal norma estabelecia, nomeadamente, que seriam também inelegíveis para um executivo municipal, durante o quadriénio imediatamente subsequente ao terceiro mandato, os cidadãos que nesse executivo tivessem exercido o cargo de presidente durante três mandatos consecutivos (ver o texto integral em *Acórdãos do Tribunal Constitucional*, vol. 19 (1991), p. 125).

<sup>40</sup> Publicado também no *Diário da Assembleia da República (Suplemento)*, de 7 de Abril de 2001 (ver também o anexo II ao presente artigo).



n.º 120/VIII: o Tribunal Penal Internacional e o espaço europeu de liberdade, de segurança e de justiça.

Na questão do TPI, os socialistas enveredaram por uma abordagem diferente, ao apresentarem uma proposta de aditamento de um novo artigo 298.º - A (com a epígrafe *Justiça Internacional*), sistematicamente inserido no capítulo das *Disposições Finais e Transitórias*. Em termos substanciais, contudo, a solução alvi-trada traduzia também a opção por um dispositivo de tipo genérico, autorizando, nas condições previstas no Estatuto, o reconhecimento da jurisdição do tribunal<sup>41</sup>.

No atinente ao espaço de liberdade, segurança e justiça, o projecto apon-tava para a inserção de um segmento de norma ao nível do n.º 6 do artigo 7.º, prevendo expressamente a possibilidade de, à semelhança do que aí já se esta-belecia tendo em vista a realização da coesão económica e social, Portugal con-venccionar, com aquele objectivo, o exercício em comum de poderes necessários à construção da união europeia<sup>42</sup>.

### 3.3. O projecto do CDS/PP

O único projecto de revisão constitucional a omitir qualquer referência ao Tribunal Penal Internacional foi o n.º 3/VIII<sup>43</sup>, originário do CDS/PP. A explica-ção para tal facto pode encontrar-se na intervenção do líder do seu grupo parla-mentar na discussão ocorrida em 22 de Março<sup>44</sup>. Entendendo o partido que cer-tos problemas suscitados pelo Estatuto de Roma, de que seria exemplo máximo a prisão perpétua, assumiam claramente a natureza de questões de consciência, não faria qualquer sentido a definição de uma posição oficial do partido e a sua posterior plasmagem ao nível do projecto de revisão.

O CDS/PP optou antes por apresentar três propostas de alteração em matéria de direitos fundamentais. À semelhança do que sucedia com a inicia-tiva do PSD, suscitava-se uma mudança no artigo 56.º, visando a limitação de direitos – designadamente do direito à greve –, das associações sindicais inte-gradas por agentes das forças de segurança de natureza civil<sup>45</sup>. Por outro lado,

<sup>41</sup> Texto proposto: “Portugal pode reconhecer a jurisdição do Tribunal Penal Internacional instituído pelo Estatuto de Roma, de 17 de Julho de 1998, nas condições nele previstas”.

<sup>42</sup> Texto proposto: “Portugal pode, em condições de reciprocidade, com respeito pelo princípio da subsidiariedade e tendo em vista a realização da coesão económica e social e de um espaço de liber-dade, de segurança e de justiça, convencionar o exercício comum dos poderes necessários à construção da união europeia”.

<sup>43</sup> Publicado no *Diário da Assembleia da República*, II Série-A, n.º 53, de 3 de Maio de 2001 (ver também o anexo II ao presente artigo).

<sup>44</sup> Ver *Diário da Assembleia da República*, cit., p. 2491.

<sup>45</sup> Texto proposto: “A lei pode estabelecer restrições ao exercício dos direitos de associações sindi-cais integradas por agentes de forças de segurança de natureza civil, designadamente do direito à greve”.

ao nível do n.º 1 do artigo 118.º propunha-se a possibilidade de estabelecer limites à renovação de mandatos dos titulares de cargos políticos eleitos por sufrágio directo e universal.<sup>46</sup>

A novidade da proposta surgia no artigo 34.º, mais precisamente no seu n.º 3, e tinha por objectivo excepcionar a regra constitucional segundo a qual era proibida a entrada no domicílio à noite sem expressa autorização da pessoa em causa. Assim, tal possibilidade passaria a existir, mesmo contra vontade do domiciliado, desde que essa entrada fosse legitimada por ordem da autoridade judicial competente e se tratasse de criminalidade relacionada com o tráfico de estupefacientes<sup>47</sup>.

### 3.4. *Aproximação comparativa*

Para além das propostas de alteração contidas apenas num dos três projectos de revisão constitucional, outras houve comuns a diversas iniciativas. Foi o caso das relativas ao TPI, constantes tanto do documento subscrito pelo PSD quanto do originário do PS; das restrições do direito à greve, suscitadas quer pelo PSD quer pelo CDS/PP; e ainda da questão dos limites à renovação dos mandatos, igualmente abordada por estes dois partidos. Relativamente a tais pontos vale por isso a pena indicar, de forma sucinta, os elementos essenciais de confluência e de divergência.

No caso do Estatuto de Roma, a mais patente das diferenças prende-se obviamente com a respectiva inserção sistemática. De facto, se o PSD preferiu lidar com o assunto ao nível do artigo 7.º da lei fundamental (cuja epígrafe é *Relações Internacionais*), os socialistas consideraram mais adequado introduzir um novo normativo na parte final do texto constitucional, fundamentando tal posição, nomeadamente, no facto de o Estatuto não estar ainda em vigor e de não haver sequer garantias absolutas de que o TPI alguma vez reunisse as condições necessárias ao seu funcionamento.

Mas também no respectivo conteúdo as propostas se afastavam. É certo que ambas consagravam uma cláusula de tipo genérico. Mas a do PS era construída com base numa fórmula mais “seca”, claramente decalcada do normativo introduzido na Constituição francesa, enquanto que a do PSD traduzia uma

<sup>46</sup> Texto proposto: “A lei pode estabelecer limites à renovação sucessiva do mandato dos titulares de cargos políticos eleitos por sufrágio directo e universal”.

<sup>47</sup> Texto proposto: “A entrada no domicílio de qualquer pessoa durante a noite depende da verificação de um dos seguintes pressupostos:

- a) O consentimento do visado;
- b) Ordem de autoridade judicial competente, no caso de criminalidade relacionada com o tráfico de estupefacientes, e segundo as formas previstas na lei”.



preocupação simultaneamente fundamentadora e parametrizadora<sup>48</sup>. Fundamentadora, porque ligando a ratificação do Estatuto à realização do objectivo da promoção do respeito pelos direitos da pessoa humana e dos povos. Parametrizadora, porque expressamente ressaltando que a participação no TPI se fazia em obediência ao princípio da complementaridade, que os artigos 1.º e 17.º do Estatuto consagram. Assim se visava, nomeadamente, salvaguardar as possíveis consequências de uma futura alteração do Estatuto de Roma, que eventualmente venha a pôr em causa tal princípio, substituindo-o, v.g., por uma intervenção a título principal do Tribunal.

Em matéria de restrição do direito à greve as formulações surgiam, aparentemente, como quase idênticas, pois que o único ponto de afastamento se encontrava na inserção do inciso “ de natureza civil” na proposta dos populares. A preocupação parece ter sido a de deixar uma clara indicação constitucional de que só seriam aceites associações sindicais nas forças de segurança civis – excluindo dessa possibilidade, por exemplo, a GNR – e, mesmo nesse caso, vedando-se-lhes o exercício do direito à greve.

A construção avançada pelo CDS/PP não era, contudo, a mais feliz. Com efeito, a proposta visava inserir no texto constitucional uma cláusula autorizadora de restrições de direitos fundamentais. E tais restrições são apenas admitidas “in concreto”, por via legal, “nos casos expressamente previstos na Constituição”, devendo limitar-se ao necessário para “salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos” (artigo 18.º n.º 3 da lei fundamental). Só que, ao estabelecer-se apenas, de forma directa, a possibilidade de restrição aos direitos de associações sindicais integradas por agentes de forças de segurança de natureza civil, deixava-se a porta aberta ao exercício do direito à greve por parte de associações sindicais que hipoteticamente viessem a existir em forças de segurança de natureza militar ou militarizada. Exactamente o efeito inverso do pretendido.

Não pode esquecer-se que a interdição de sindicatos nas forças de segurança não decorre directamente do texto constitucional, sendo deferida para o plano da legislação ordinária por recurso à habilitação restritiva estabelecida no artigo 270.º. Cabe, assim, ao legislador, determinar *o se, o quando e o como* do recurso a ela. Daí que, se a existência de sindicatos viesse eventualmente a concretizar-se, por via da não utilização da permissão cerceadora contida na cláusula constitucional habilitante, a proibição do exercício de um direito fundamental dessas associações – o direito à greve – apenas poderia ter lugar caso a Constituição autorizasse expressamente tal restrição. Ora, a proposta do CDS/PP só o previa relativamente às forças de natureza civil, podendo ser

---

<sup>48</sup> A proposta era claramente influenciada pelo n.º 6 do artigo 7.º, que também incluía um elemento fundamentador (a realização da coesão económica e social) e um outro de tipo paramétrico (o respeito pelo princípio da subsidiariedade).

interpretado, “a contrario sensu”, como uma autorização implícita do recurso à greve por parte de eventuais associações sindicais das forças de segurança de índole não civil.

O resultado era assim paradoxal: vedava-se expressamente o menos (o recurso à greve por parte dos eventuais sindicatos da PSP) e admitia-se tacitamente o mais (o exercício de tal direito por hipotéticos sindicatos integrados por pessoal da GNR).

No caso das limitações de mandatos as ideias avançadas pelo PSD e pelo CDS/PP afastavam-se também de forma significativa. Desde logo na respectiva “ratio”. A proposta do PSD, embora suscitada a propósito da renovação sucessiva dos mandatos autárquicos, não tinha por base qualquer tentativa de anatemização dos autarcas. Tratava-se, antes, de simples decorrência do princípio republicano, acolhido ao nível do artigo 118.º da Constituição, que importava naturalmente tornar extensível a certos cargos electivos de natureza executiva mas também a altos cargos públicos (v.g., presidentes de institutos públicos). Por seu lado, a iniciativa do CDS/PP era mais marcada pela questão autárquica – embora tivesse consequências a outros níveis – pelo que não abrangia a titularidade de funções de natureza pública não política.

A outra divergência prendia-se com o alcance das fórmulas sugeridas. De facto, o PSD, para além da legitimidade de origem – funções políticas e cargos públicos –, ligava a eventual restrição à natureza da actividade – executiva – e a aspectos temporais – duração certa das funções. Isso fazia com que ficassem excluídos do universo de aplicação da norma, v.g., os deputados – por não assumirem funções executivas – e o Primeiro-Ministro ou os Presidentes dos Governos Regionais – porquanto o seu mandato não tem constitucionalmente duração certa, antes dependendo dos mecanismos de responsabilidade política<sup>49</sup>.

Já a proposta do CDS/PP apresentava um alcance bastante diverso. Se, por um lado, apenas se permitia a restrição no caso da titularidade de cargo

---

<sup>49</sup> Nos termos constitucionais (artigo 190.º), o Governo é responsável perante o Presidente da República e a Assembleia da República e o Governo Regional perante a Assembleia Legislativa Regional (artigo 231.º n.º 3). Daí resulta, como é sabido, que o Governo pode, a todo o tempo, ser demitido pelo Presidente da República (artigo 195.º n.º 2 da Constituição) e que a Assembleia da República pode, em qualquer momento, provocar a sua queda, seja pela rejeição do respectivo programa, pela aprovação de uma moção de censura ou pela não aprovação de uma moção de confiança (artigo 195.º n.º 1 da Constituição). Por outro lado, no caso dos Governos Regionais, para além do poder de dissolução pela prática de actos graves contrários à Constituição, atribuído ao Presidente da República (artigo 234.º n.º 1 da Constituição), é ainda contemplada a possibilidade da sua demissão por via da aprovação de uma moção de censura por maioria absoluta dos deputados regionais em efectividade de funções (artigo 62.º n.º 1 d) do Estatuto Político-Administrativo da Madeira – Lei n.º 13/91 de 5 de Junho e artigo 53.º n.º 1 f) do Estatuto Político-Administrativo dos Açores – Lei n.º 39/80 de 5 de Agosto).



fruto de eleição por sufrágio directo e universal – deixando portanto de fora as funções executivas, normalmente ligadas a outras formas de designação –, por outro lado abrangia-se todos os cargos electivos, incluindo, por exemplo, o de deputado à Assembleia da República.

#### 4. Os trabalhos da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional (CERC)

Esgotado o prazo para o surgimento de novas iniciativas, importava dar o passo seguinte: constituir uma Comissão Eventual para a Revisão Constitucional (CERC), dotada de competência para apreciar os projectos apresentados e para conduzir a primeira parte do processo de discussão. Com esse objectivo foi aprovada, em sessão plenária de 9 de Maio, a Deliberação n.º 7-PL/2001<sup>50</sup> a qual, além de determinar a criação da CERC e de lhe delimitar os poderes, estabeleceu em 32 o número dos seus membros<sup>51</sup> e fixou em 90 dias, prorrogáveis, o prazo limite para a conclusão dos seus trabalhos.

Empossada em 10 de Maio, a Comissão Eventual para a Revisão Constitucional iniciou a respectiva actividade seis dias depois, com a eleição da Mesa<sup>52</sup> e a aprovação do regulamento interno<sup>53</sup>. No que a este respeita, vale a pena sublinhar que, à semelhança do sucedido em prévios processos de revisão, se enveredou por uma lógica de limitação do mandato da CERC, ao vedar-se-lhe (artigo 8.º n.º 1) a possibilidade de posterior apresentação ao Plenário de textos de substituição que envolvessem preceitos e artigos da Constituição não contemplados em qualquer dos projectos de revisão constitucional.<sup>54</sup> Excepcionadas

---

<sup>50</sup> in *Diário da Assembleia da República*, II Série-A, n.º 58, de 17 de Maio (ver também o anexo III ao presente artigo). Esta deliberação teve a sua origem no projecto de deliberação n.º 14/VIII, apresentado conjuntamente por PS, PSD e CDS/PP e que mereceu aprovação unânime (*Diário da Assembleia da República*, II Série-A, no 57, de 12 de Maio de 2001, p. 1917).

<sup>51</sup> Sendo 16 do PS, 10 do PSD, 2 do PCP, 2 do CDS/PP, 2 do PEV e 2 do Bloco de Esquerda.

<sup>52</sup> Nos termos do acordo estabelecido foi eleito Presidente da CERC o Deputado Vera Jardim, Vice-Presidente o Deputado Guilherme Silva e Secretários o Deputados Narana Coissoró e o Deputado António Filipe.

<sup>53</sup> Publicado no *Diário da Assembleia da República*, II Série-C, n.º 26, de 19 de Maio de 2001, p. 246 (ver também o anexo IV ao presente artigo).

<sup>54</sup> Esta norma veio a estar na origem de um problema processual suscitado em Plenário, aquando da discussão na especialidade, pelo Bloco de Esquerda, a propósito da admissibilidade da proposta relativa ao n.º 3 do artigo 11.º. Recorde-se, com efeito, que nenhum projecto de revisão constitucional incluía propostas de alteração daquele preceito constitucional, tendo tal ideia surgido já o debate na CERC estava em fase de conclusão. Tal facto levou o Deputado Francisco Louçã a suscitar a questão nos seguintes termos: “Há duas formas que esta Assembleia consagrou para introduzir normas à discussão da revisão constitucional, e, naturalmente, a Assembleia respeita-se respeitando as suas próprias regras: uma forma é por apresentação de propostas pelos partidos no início da revisão constitucional, e não aconteceu

ficaram, apenas, as “adaptações por arrastamento”, isto é, aquelas que fossem directamente determinadas pelas mudanças introduzidas em normativos referidos nos projectos de revisão (n.º 2 do mesmo artigo).

O objectivo de tal cláusula restritiva é fácil de apreender: reconhecer apenas ao Plenário qualquer possibilidade de alargamento do âmbito da revisão, concomitantemente impedindo que isso pudesse ocorrer ao nível dos trabalhos da CERC.

Foi na terceira reunião<sup>55</sup>, com o apoio de todos os partidos representados, que se procedeu à delimitação do universo das audições, bem como à calendarização dos trabalhos, tendo ficado estabelecido que estes se dividiriam da seguinte forma:

- um primeiro período destinado à apresentação dos diversos projectos de revisão;
- uma segunda fase dedicada às audições das entidades exteriores ao Parlamento;
- um terceiro momento em que, na posse de todos os elementos considerados úteis, a Comissão passaria à discussão propriamente dita.

A primeira leitura dos três projectos ocupou as sessões de 25 e 29 de Maio e de 1 de Junho. Embora tivesse ficado acordado que os trabalhos se resumiriam à abordagem, por cada grupo parlamentar, das propostas contidas na respectiva iniciativa, a verdade é que tal limitação foi relativamente pouco respeitada. A linha que separa apresentação e discussão é suficientemente ténue, pelo que muitas vezes se entrou na análise concreta dos dispositivos e na explanação dos motivos concretos de apoio ou de discordância. O que teve aliás a vantagem de deixar perceber qual o posicionamento dos diferentes partidos face a cada matéria e a respectiva disponibilidade negocial.

isso com a proposta que agora estamos a discutir; outra é que ela decorra da discussão suscitada pelas propostas que os partidos fizeram a seu tempo. Ora, não é possível argumentar que a alteração de um símbolo da identidade nacional seja provocada pela recepção do Tribunal Penal Internacional, pelas regras de extradição ou por qualquer outras que estejamos a discutir nesta revisão” (*Diário da Assembleia da República*, I Série, n.º 9, de 6 de Outubro de 2001, p. 273). Em resposta, o Deputado Vera Jardim, Presidente da CERC, sustentou a adequação jurídica do procedimento seguido: “O que aconteceu foi que foram apresentados textos, aprovados na devida altura, que dizem respeito, designadamente, ao espaço de liberdade, segurança e justiça e que implicam a futura aceitação por parte de Portugal de um conjunto de procedimentos, nomeadamente em matéria de mandados, que podem implicar com a língua desses documentos. Assim, foi apresentada – e essa foi a explicação dada na altura, qualquer Sr. Deputado que tenha estado presente nos trabalhos da Comissão poderá confirmá-lo – pelo Grupo Parlamentar do PSD esta proposta de alteração, nessa continuidade lógica e como necessária para acautelar os interesses de Portugal face a esses procedimentos futuros, designadamente, como expliquei, em matéria de mandados.” (*idem, ibidem*, p. 274).

<sup>55</sup> Ocorrida em 22 de Maio.



As audições iniciaram-se na reunião de 5 de Junho e estenderam-se pelas sessões de 12, 19, 26 e 29 do mesmo mês e de 3 de Julho<sup>56</sup>. Fora muito alargado o conjunto de individualidades e entidades cuja presença na CERC as diversas forças políticas haviam sugerido. Não tendo sido possível, por razões várias, proceder a todas as audições alvitadas, conseguiu-se apesar de tudo contar com a participação nos trabalhos da Comissão de vários especialistas que trouxeram contributos em cada uma das matérias objecto de discussão<sup>57</sup>.

Esta segunda fase revelou-se particularmente útil. Desde logo, porque possibilitou uma aprofundada análise técnica das questões e o suscitar de novos problemas, sobretudo nos aspectos juridicamente mais delicados ou controversos. Mas também na medida em que certos pontos de vista aí expressos levaram alguns partidos a manifestar a sua abertura para equacionar soluções face às quais haviam de início mostrado fortes reservas.

Isso ocorreu, nomeadamente, com o importante testemunho do Dr. Mário Soares, fortemente favorável à inclusão da cláusula de reciprocidade de direitos políticos em favor dos cidadãos dos países lusófonos (e, muito em especial, dos brasileiros) e com o depoimento do Comissário Europeu, Dr. António Vitorino, que considerou insuficiente a proposta socialista em matéria de espaço de liberdade, de segurança e de justiça, chamando ao mesmo tempo a atenção para a necessidade de, a breve trecho, se colocar o problema da alteração do artigo 33.º da Constituição, tendo em conta as propostas a ser discutidas e muito provavelmente aprovadas no quadro da União Europeia.<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> Coincidindo com esta fase dos trabalhos da CERC, o Conselho Europeu de Gotemburgo adoptou uma posição comum sobre o Tribunal Penal Internacional. Nesse documento, depois de se afirmar que a “União Europeia considera que o estabelecimento do Tribunal Penal Internacional (...) é um meio essencial para reforçar o respeito pelo direito internacional humanitário e os direitos humanos e assim assegurar a liberdade, a segurança, a justiça e o Estado de direito, bem como para contribuir para a preservação da paz e o reforço da segurança internacional (...)” – n.º 1 do artigo 1.º –, é estabelecido que a “União Europeia acorda em que o objectivo de uma rápida entrada em vigor do Estatuto de Roma e estabelecimento do Tribunal deve ser prosseguido e apoiado” – n.º 2 do mesmo artigo.

<sup>57</sup> É a seguinte a lista completa das audições: Procurador-Geral da República, Bastonário da Ordem dos Advogados, Embaixador Costa Lobo, Dr. Bernardo Colaço, Conselheiro Mário José Torres, Conselheiro Noronha do Nascimento (chefiando uma delegação do Conselho Superior da Magistratura), Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Escarameia, Prof. Doutor Fausto de Quadros, Prof. Doutor Jorge Miranda, Prof. Doutor José Adelino Maltês, Dr. Luís Silveira (em representação da Amnistia Internacional), Dr. António Vitorino, Ministro da Justiça, Dr. Mário Soares.

<sup>58</sup> Argumentos idênticos foram, aliás, avançados pelo Ministro da Justiça, António Costa.

Além destes aspectos concretos, do conjunto de opiniões emitidas ressaltou uma espécie de “*communis opinio*” a respeito de outras matérias, nomeadamente:

- a preferência pela inserção no n.º 7 do artigo 7.º da cláusula respeitante ao Tribunal Penal Internacional;
- o maior acerto de lidar com a restrição do direito à greve em sede de artigo 270.º e não no âmbito do artigo 51.º;
- a dificuldade em aceitar que a inviolabilidade nocturna do domicílio fosse excepcionada apenas nos casos de crimes ligados com o tráfico de estupefacientes, justificando-se antes fazê-lo em termos mais genéricos, por forma a abranger outros tipos de ilícitos tanto ou mais graves;
- a desejabilidade de incluir no texto constitucional uma norma que viesse finalmente estabelecer a possibilidade legal de restrição à capacidade eleitoral passiva, por via da limitação à renovação de mandatos;

Prevista para começar, primeiro, na reunião de 12 de Julho e, depois, na sessão de 19 do mesmo mês<sup>59</sup>, a fase de discussão propriamente dita só veio a ter início após as férias parlamentares, no dia 6 de Setembro.

Neste período intermédio ocorreu um facto relevante para a evolução do processo de revisão. Tratou-se da aceitação, pelo Partido Socialista, do princípio da reciprocidade de direitos. Objecto, primeiro, de parecer favorável em reunião do Secretariado Nacional, a decisão veio a ser formalmente adoptada pela Comissão Política do Partido em 17 de Julho. Após muitos anos de fixação numa atitude de recusa da reciprocidade, inviabilizando em vários momentos a revisão, neste ponto, da lei fundamental portuguesa, o Partido Socialista acabava enfim por mudar de atitude, cedendo às exigências do PSD e às recomendações do seu próprio líder histórico, Dr. Mário Soares.

Na sessão de 6 de Setembro, os trabalhos da CERC foram assim marcados, em grande medida, pelo anúncio formal, feito pelos deputados socialistas, da aceitação do princípio da reciprocidade, mas também da sua disposição para levantar as objecções que até aí tinham mantido à alteração do artigo 34.º, por forma a permitir a realização, em certas condições, de buscas domiciliárias nocturnas.

Diferentemente do PSD, que embora não tendo contemplado esta questão no seu próprio projecto de revisão, havia desde há muito anunciado a sua disponibilidade para aceitar a alteração, estabelecidos que fossem certos requisitos – nomeadamente a inclusão da ideia de flagrante delito e a extensão a outros

---

<sup>59</sup> Inicialmente destinadas a dar início à discussão, tais reuniões acabaram por se destinar apenas à reprogramação dos trabalhos da CERC, tendo em conta a necessidade de ultimar, especialmente ao nível da Comissão de Assuntos Constitucionais, a análise das múltiplas iniciativas a sujeitar a votação do Plenário.



tipos de criminalidade grave ou violenta – o Partido Socialista manifestara desde o início pouca ou nenhuma abertura, fosse ao nível da CERC, fosse mesmo nas discussões mantidas nos órgãos próprios do Partido.

Surpreendendo também aqui, o PS anunciava uma inversão da sua posição, aceitando alterar o artigo 34.º n.º 3, desde que se salvaguardasse o princípio geral da proibição das buscas nocturnas e se definissem um conjunto de excepções claras a essa regra directora<sup>60</sup>.

No respeitante às demais questões sob escrutínio, foi visível uma progressiva aproximação entre as teses dos dois principais partidos, quer a propósito do Tribunal Penal Internacional – com o PS a ir ao encontro das pretensões do PSD de inclusão de uma norma de recepção formal no artigo 7.º –, quer quanto à restrição do direito à greve por parte de associações sindicais das forças de segurança – com o PSD a aceitar resolver o problema no artigo 270.º, obtido que estava o ganho de causa pretendido quanto à substância da matéria.

Divergências permaneciam, contudo, a propósito do Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça e da limitação dos mandatos.

No primeiro caso, o PSD, sem pôr em causa a necessidade de inserir no texto constitucional referências a esta dimensão do processo europeu, considerava que a questão devia ser deixada para a revisão ordinária, não só porque a alteração proposta do artigo 7.º n.º 6 não resolvia adequadamente os problemas, mas também na medida em que os contornos mais relevantes do III Pilar Europeu não se encontravam ainda suficientemente desenvolvidos, por forma a se ter uma ideia clara das respectivas implicações constitucionais.

O PS, da sua parte, mantinha uma total irredutibilidade em matéria de limitação de mandatos – pese embora as crescentes opiniões favoráveis no interior do próprio partido –, sustentando estar-se perante uma matéria muito delicada e merecedora, por isso, de aprofundada reflexão, pelo que não haveria condições para a discutir no processo em curso mas apenas, eventualmente, em futura revisão ordinária.

Era chegado então o momento de consolidar definitivamente entendimentos ou de confirmar inultrapassáveis divergências entre o PS e o PSD, por forma a delimitar o objecto final da revisão constitucional. E, com esse desiderato, foi agendado para 18 de Setembro<sup>61</sup> um encontro de alto nível entre delegações parlamentares dos dois partidos, chefiadas pelos respectivos líderes, Francisco Assis e António Capucho.

---

<sup>60</sup> Como é sabido, a absoluta proibição das buscas domiciliárias nocturnas encontra-se inscrita na Constituição desde o texto original. Tratava-se então de uma interdição claramente compreensível face ao ocorrido no Estado Novo, nomeadamente com a polícia política, mas que dificilmente se justifica no quadro de um Estado de Direito Democrático plenamente estabelecido.

<sup>61</sup> Inicialmente marcada para o dia 12 de Setembro, a reunião foi adiada em virtude dos trágicos acontecimentos ocorridos no dia anterior em New York e em Washington.

O encontro teve um papel central no processo negocial, pois permitiu concluir pela existência de um largo consenso – pese embora a manutenção de importantes discordâncias – e deixou claro que, relativamente às matérias em que o acordo de princípio estava adquirido, era tempo de negociar textos concretos a subscrever por ambas as forças políticas e a submeter à apreciação da CERC. Não surpreende, assim, que a reunião da Comissão realizada nessa mesma tarde deixasse já antever o sentido da evolução futura do processo de revisão, tendo em conta o discurso largamente coincidente do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. Por outro lado, e não existindo ainda propostas de modificação nas quais se encontrassem vertidos os entendimentos alcançados, a reunião acabou por constituir uma espécie de compasso de espera, aproveitado pelas diversas forças políticas para reiterar os seus pontos de vista sobre os temas em análise.

Assim, o Partido Socialista aceitava:

- que a adesão ao Tribunal Penal Internacional fosse inserida no n.º 7 do artigo 7.º, embora mantivesse algumas reticências quanto à fórmula exacta (nomeadamente quanto à questão da “complementaridade”);
- o teor do artigo 15.º, embora sugerindo uma mais rigorosa delimitação do rol das entidades excluídas da aplicação do princípio da reciprocidade e pretendendo substituir a específica alusão aos cidadãos brasileiros por uma mais genérica referência a cidadãos dos países de língua portuguesa;
- a alteração do artigo 34.º n.º 3, desde que ficasse consagrada uma delimitação material dos crimes justificativos de uma excepção ao princípio da proibição das buscas domiciliárias nocturnas;
- a inclusão, no artigo 270.º, da proibição do recurso à greve por parte de sindicatos das forças de segurança.

Por seu lado, o Partido Social Democrata:

- insistia na necessidade de o artigo 7.º n.º 7 incluir uma referência à ideia da “complementaridade” da jurisdição do Tribunal Penal Internacional;
- não prescindia da expressa alusão a “cidadãos brasileiros” no artigo 15.º n.º 1, nomeadamente por razões de reciprocidade para com o texto da Constituição Brasileira;
- concordava com a necessidade de introduzir limites materiais no artigo 34.º n.º 3, fazendo-o por referência a tipos de criminalidade e ao conceito de flagrante delito.



Mau-grado a patente aproximação de posições<sup>62</sup>, persistia porém, pelas razões já apontadas, o desacordo nas matérias do Espaço de Liberdade, de Segurança e Justiça europeu e da limitação de mandatos.

Mas o processo de revisão constitucional foi também influenciado, de forma directa, pelos acontecimentos de 11 de Setembro nos Estados Unidos da América.

Decidida a agir rapidamente no combate ao terrorismo, a União Europeia – sob proposta do Comissário António Vitorino – adoptou um conjunto de medidas cuja necessidade a nova situação internacional veio tornar mais patente, entre as quais se deve destacar o mandado de captura e o instituto da entrega de criminosos.

A difícil compatibilidade entre essas determinações e a Constituição Portuguesa ficava à vista, pelo que ao nosso País restavam duas opções:

- Ou se enveredava pela intocabilidade das regras do artigo 33.º – nomeadamente no domínio da extradição –, deixando o País de fora dos novos passos em matéria de Espaço Europeu de Liberdade, de Segurança e de Justiça;
- Ou se considerava indispensável a nossa participação nos novos esforços de combate ao terrorismo e se aproveitava a revisão constitucional extraordinária para remover os obstáculos a tal participação.

De algum modo, a opção não chegou verdadeiramente a sê-lo. Daí que, em contactos com o Secretário-Geral do PS, o líder social-democrata tenha manifestado o seu acordo com a proposta socialista de inclusão de referências à questão no artigo 7.º n.º 6. Indo mais longe, deu igualmente o assentimento às necessárias alterações ao artigo 33.º – por forma a deixar claro que o que aí se previa em matéria de extradição não se aplicaria à cooperação judiciária no seio da União Europeia –, sem o que de pouco adiantariam as referências ao Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça.

---

<sup>62</sup> Uma breve referência às posições então assumidas pelos outros partidos políticos:

- PCP – não ao artigo 7.º n.º 6; não ao artigo 7.º n.º 7; sim ao 15.º n.º 1 (que carecia porém de algumas melhorias); não ao artigo 34.º; não ao artigo 270.º.
- CDS/PP – pronunciou-se fundamentalmente a propósito do artigo 34.º, manifestando predilecção por uma fórmula aberta, que traduziu numa proposta de alteração (texto da proposta: *“A entrada no domicílio de qualquer pessoa durante a noite depende da verificação de um dos seguintes pressupostos: a) O consentimento do visado, ou visados; b) Ordem de autoridade judicial competente, nos casos e segundo as formas previstas na lei”*). O partido alterava assim a sua posição inicial, passando a aceitar a intrusão do domicílio em caso de qualquer crime e não apenas no de tráfico de estupefacientes.
- BE – não ao artigo 7.º n.º 6; não ao artigo 7.º n.º 7; não ao artigo 34.º; sim ao artigo 118.º.

Em intervenção pública ocorrida no dia 20 de Setembro, o Presidente do PSD fundamentou as razões que estiveram na base da decisão do Partido. Considerando ser inaceitável que o País se alheasse do caminho que a Europa estava a empreender, tanto mais que qualquer excepção portuguesa poderia tornar Portugal numa espécie de “porto de abrigo” para os terroristas, o PSD considerava que se estava no momento de mostrar o compromisso nacional na luta contra o terrorismo, alterando a lei fundamental portuguesa por forma a permitir uma plena adesão ao Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça em fase de criação.

Na mesma ocasião, o Dr. Durão Barroso deu conta de uma nova proposta em matéria de revisão constitucional, que havia já apresentado ao Eng.º António Guterres e a que este dera imediata concordância: a inclusão de uma referência à qualidade oficial do Português no artigo 11.º da lei fundamental – justamente o normativo definidor dos símbolos nacionais. Com efeito, fazia sentido que, no momento em que o País dava mostras do seu empenho no aprofundamento do processo europeu, se desse um sinal em matéria de Língua Portuguesa, tendo até em conta as tentativas em curso na União Europeia no sentido de reduzir o número de línguas oficiais.

O processo aproximava-se assim, a passos largos, do seu termo. Em contactos frequentes, os principais negociadores de ambas as partes – o Dr. Jorge Lacão pelo Partido Socialista e o Dr. Luís Marques Guedes pelo Partido Social Democrata – chegavam a acordo quanto à concreta redacção das propostas de substituição a apresentar à CERC.

Por seu lado, o Conselho Nacional do PSD, em reunião que decorreu na noite de 25 de Setembro, manifestou, de forma unânime, o apoio às posições assumidas pelo Partido e pelo seu Presidente no âmbito do processo de revisão.

A última reunião da CERC vem a ter lugar em 27 de Setembro e nela são apresentadas conjuntamente pelo PS, pelo PSD e pelo CDS-PP<sup>63</sup> – e objecto de aprovação – um conjunto de propostas de substituição, do seguinte teor:

## ARTIGO 7.º

*6. Portugal pode, em condições de reciprocidade, com respeito pelo princípio da subsidiariedade e tendo em vista a realização da coesão económica e social e de um espaço de liberdade, segurança e justiça, convencionar o exercício em comum ou em cooperação dos poderes necessários à construção da União Europeia.*

*7. Portugal pode, tendo em vista a realização de uma justiça internacional que promova o respeito pelos direitos da pessoa humana e dos povos, aceitar a jurisdição do*

---

<sup>63</sup> Embora não tendo participado directamente nas negociações bilaterais que deram origem às propostas de substituição, o CDS-PP deu-lhes posteriormente o seu acordo, pelo que foi decidido que também as subscreveria.

*Tribunal Penal Internacional, nas condições de complementaridade e demais termos estabelecidos no Estatuto de Roma.*

#### ARTIGO 11.º

##### **(Símbolos nacionais e língua oficial)**

3. *A língua oficial é o português.*

#### ARTIGO 33.º

4. *(actual n.º 5)*

5. *O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação das normas de cooperação judiciária penal estabelecidas no âmbito da União Europeia.*

6. *Não é admitida a extradição, nem a entrega a qualquer título, por motivos políticos ou por crimes a que corresponda, segundo o direito do Estado requisitante, pena de morte ou outra de que resulte lesão irreversível da integridade física.*

7. *(actual n.º 6).*

8. *(actual n.º 7).*

9. *(actual n.º 8).*

#### ARTIGO 34.º

3. *Ninguém pode entrar durante a noite no domicílio de qualquer pessoa sem o seu consentimento, salvo em situação de flagrante delito ou mediante autorização judicial em casos de criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada, incluindo o terrorismo e o tráfico de pessoas, de armas e de estupefacientes, nos termos previstos na lei.*

#### ARTIGO 270.º

*A lei pode estabelecer, na estrita medida das exigências próprias das respectivas funções, restrições ao exercício dos direitos de expressão, reunião, manifestação, associação e petição colectiva e à capacidade eleitoral passiva dos militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efectivo, bem como por agentes dos serviços e das forças de segurança e, no caso destas, a não admissão do direito à greve, mesmo quando reconhecido o direito de associação sindical.*

No caso da reciprocidade de direitos políticos, o entendimento entre PS e o PSD existia, mas não era porém total. De facto, se em termos materiais o acordo estava adquirido, persistia ainda a divergência quanto à inserção de uma



expressa alusão aos cidadãos brasileiros, com o PSD a insistir nesse ponto (no que era acompanhado pelo CDS/PP) e o PS a manifestar opinião divergente. Decidiu-se assim remeter para Plenário ambas as propostas<sup>64</sup>.

A discordância não conseguiu porém ser ultrapassada na questão da limitação de mandatos. Apesar das insistências e iniciativas do PSD a que acima se aludiu, e pese embora o acordo de todas as outras bancadas, da direita à extrema-esquerda, o PS mantinha-se firme na recusa. A pressão política dos deputados do PSD conseguiu contudo forçar a abstenção do PS, com isso garantindo que a questão subisse a discussão em Plenário.<sup>65</sup>

Nessa última reunião, o PCP, até então remetido a uma posição de mera reacção crítica às iniciativas alheias, decidiu avançar com uma proposta de alteração ao n.º 4 c) do artigo 115.º, prevendo a possibilidade de realização de referendos incidindo sobre os próprios tratados europeus<sup>66</sup> – e não apenas acerca de questões de relevante interesse nacional devendo ser decididas através da aprovação de convenção internacional. Ficou no entanto claro que tal proposta não congregaria o número de votos indispensáveis à respectiva aprovação.

Numa derradeira tentativa para chegar a acordo em matéria de limitação de mandatos, o Presidente do PSD enviou uma carta ao Secretário-Geral do PS no próprio dia 27 de Setembro. Na missiva, o Dr. Durão Barroso começava por reiterar o seu entendimento que essa seria uma reforma fundamental, para cuja necessidade haviam já alertado personalidades tão relevantes como o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, ou o Dr. Mário Soares. Em seguida, apontava a importância da sua implementação no combate às lógicas clientelares, às ilegítimas confusões de interesses ou aos abusos de poder, para culminar

---

<sup>64</sup> Texto da proposta do PS: *“Aos cidadãos dos Estados de língua portuguesa, com residência permanente em Portugal, são reconhecidos, nos termos da lei e em condições de reciprocidade, os direitos não conferidos a estrangeiros, salvo o acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos tribunais supremos e ao serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática.”*

Texto da proposta do PSD: *“Aos brasileiros e aos cidadãos dos demais Estados de língua portuguesa, com residência permanente em Portugal, são reconhecidos, nos termos da lei e em condições de reciprocidade, os direitos não conferidos a estrangeiros, salvo o acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos tribunais supremos e ao serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática.”*

A divergência é, como se vê, meramente simbólica, em nada questionando o acordo substantivo anteriormente atingido.

<sup>65</sup> Recorde-se que, caso o PS tivesse votado contra, se teria registado um empate e que, caso esse empate permanecesse em segunda votação, a proposta do PSD de alteração do artigo 118.º teria sido rejeitada, nos termos regimentais (artigo 107.º do Regimento da Assembleia da República) e assim impedida de subir a Plenário para apreciação e votação na especialidade.

<sup>66</sup> Texto da proposta: *“As matérias previstas no artigo 161.º da Constituição, com excepção, no que respeita à alínea i), das convenções a que se refere o número 6 do artigo 7.º, e sem prejuízo do disposto no número anterior”.*

na conclusão de que não teria qualquer sentido deixar a questão para uma futura revisão constitucional, pois isso significaria que os efeitos de tal mudança só poderiam assim ter lugar, na melhor das hipóteses, a partir das eleições autárquicas de 2005.

A resposta do Eng.º António Guterres surgiu alguns dias mais tarde, no dia 1 de Outubro, e foi negativa. Tratava-se, segundo o líder do PS, de uma questão a carecer de um amplo debate no seio do seu próprio partido, pelo que a sua inserção na revisão constitucional extraordinária não se afigurava possível. Em aberto ficava porém a possibilidade – que não o compromisso – de abordar o assunto na próxima revisão ordinária.

Salvo surpresa de última hora – que não veio a ter lugar – o universo global da revisão extraordinária ficava assim delimitado.

## 5. A apreciação em Plenário

A discussão e votação na especialidade e a votação final global ocorreram, em Plenário, no dia 4 de Outubro. E não se registaram, de facto, quaisquer alterações ao sentido das posições expressas na última reunião da CERC, tendo-se os grupos parlamentares limitado, fundamentalmente, a reiterar os pontos de vista anteriormente sustentados, quer nas declarações de abertura, quer no debate das diversas matérias concretas. Tal facto não obstou, porém, a que as discussões tenham sido bastante acesas, em especial a propósito dos temas mais sensíveis – Tribunal Penal Internacional, buscas domiciliárias nocturnas e limitação de mandatos.

Submetidas a votação na especialidade, as propostas de substituição do n.º 6 do artigo 7.º, do n.º 7 do artigo 7.º, do n.º 3 do artigo 11.º, do n.º 5 do artigo 33.º (e correspondente renumeração dos n.ºs 4, 5, 6, 7 e 8 do mesmo artigo), do n.º 3 do artigo 34.º e do artigo 270.º foram aprovadas com os votos favoráveis do PS, do PSD e do CDS-PP, alcançando assim a indispensável maioria de 2/3 dos deputados em efectividade de funções.<sup>67</sup> Já a proposta de substituição

---

<sup>67</sup> Foi o seguinte o sentido dos restantes votos expressos relativamente a cada uma das citadas propostas de substituição:

- Artigo 7.º n.º 6 – votos contra do PCP, PEV, BE e dois deputados do PS;
- Artigo 7.º n.º 7 – votos contra do PCP, PEV, BE, de 1 deputado do PS e dois deputados do CDS-PP; abstenção de 1 deputado do PS;
- Artigo 11.º n.º 3 – votos contra do BE; abstenção do PCP, PEV e 3 deputados do PS;
- Artigo 33.º n.º 5 (e renumeração dos n.ºs 4, 5, 6, 7 e 8) – votos contra do PCP, PEV, BE e 4 deputados do PS;
- Artigo 34.º n.º 3 – votos contra do PCP, PEV, BE e 1 deputado do PS;
- Artigo 270.º – votos contra do PCP, PEV e BE; abstenção de 1 deputado do PS.



do n.º 6 do artigo 33.º, mera decorrência das alterações sistemáticas introduzidas nesse normativo, mereceu apoio unânime.<sup>68</sup>

Em matéria de reciprocidade de direitos confirmou-se, por outro lado, a discordância registada na CERC quanto à eventual introdução de uma referência expressa aos cidadãos brasileiros. Assim, a proposta de substituição consagrando tal alusão, apresentada conjuntamente pelo PSD e pelo CDS-PP foi reprovada, ao contar apenas com a votação favorável dos dois grupos parlamentares proponentes e do PCP e com a abstenção dos demais partidos (PS, PEV e BE). Tal facto não pôs contudo em causa a inclusão na lei fundamental da ideia de reciprocidade em favor dos nacionais dos países lusófonos, porquanto todos os partidos acolheram favoravelmente a proposta do PS que apontava nesse sentido, a qual só não contou com a unanimidade do hemiciclo em virtude da abstenção de 1 deputado do próprio grupo parlamentar proponente.

Onde o consenso permaneceu impossível foi em matéria de limitação de mandatos, visto que o PS reiterou, uma vez mais, a sua posição de que só no quadro da futura revisão ordinária, e após profunda reflexão interna, assumiria uma atitude definitiva sobre a matéria. A proposta de substituição incidente sobre o n.º 2 do artigo 118.º, apresentada em conjunto por PSD e CDS-PP não preencheu em consequência os requisitos constitucionalmente estabelecidos, ao ser apenas acompanhada pelo BE.<sup>69</sup>

Por fim, e como era previsível, também a proposta do PCP sobre a alínea c) do n.º 4 do artigo 115.º foi rejeitada, visto que só contou com o apoio adicional do PEV e do BE, tendo-se o CDS-PP absterido e o PS e o PSD votado contra.

A votação final global confirmou todas as anteriores indicações: PS, PSD e CDS-PP votaram favoravelmente, PCP, PEV, BE e 3 deputados do PS opuseram-se, 1 deputado do PS optou pela abstenção.

Consumava-se, desse modo, mais uma revisão da lei fundamental portuguesa que, após a vinculada promulgação presidencial<sup>70</sup>, veio a ganhar formalmente corpo com a Lei Constitucional n.º 1/2001 de 12 de Dezembro.

## 6. Conclusão

Pela segunda vez na sua história, a Constituição de 1976 foi objecto de uma alteração extraordinária. E, em ambas as situações, a abertura desse processo ficou-se a dever a factores de ordem internacional: em 1992 tratou-se de permitir a ratificação do Tratado de Maastricht; em 2001, visou-se criar condições para a vinculação ao Estatuto de Roma.

<sup>68</sup> Tratou-se tão só da inclusão do inciso “nem a entrega a qualquer título”.

<sup>69</sup> Registou-se ainda o voto contra do PS e a abstenção do PCP, PEV e de 1 deputado do PS.

<sup>70</sup> Artigo 286.º n.º 3 da Constituição.

A semelhança entre essas duas modificações da lei fundamental cessa contudo aí. De facto, se a 4ª revisão viu o seu objecto limitado às questões directamente suscitadas pelo Tratado da União Europeia (cidadania europeia e Banco Central Europeu),<sup>71</sup> a 5ª revisão estendeu-se para além do motivo que directamente a originou, abrangendo quer outras matérias de índole internacional – o Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça – quer assuntos substantivos de ordem puramente interna – as buscas domiciliárias nocturnas ou a negação do direito à greve dos sindicatos de polícia.

Importa igualmente atentar no facto de se ter tratado de um processo de revisão constitucional que manteve um curioso e porventura inédito diálogo com a realidade concreta. Na verdade, se o seu início esteve ligado à busca de caminhos para solucionar uma situação suscitada pela evolução da ordem jurídica internacional, o alargamento do respectivo âmbito correspondeu, em larga medida, à necessidade de lidar com as consequências de acontecimentos entretanto ocorridos – referimo-nos, especificamente, ao 11 de Setembro – e de tomar medidas, no plano europeu, no domínio da cooperação na luta contra o terrorismo, questão tornada premente pela ocorrência dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono. Nesse contexto, constituiu até uma vantagem o facto de estar a decorrer um processo de revisão, pois se assim não fosse poder-se-ia ter colocado a questão da abertura de novo procedimento extraordinário de alteração da lei fundamental, como lógica consequência das decisões adoptadas ao nível do terceiro pilar da União Europeia.

A revisão constitucional de 2001 foi minimalista na forma, mas não no conteúdo. As alterações a que se procedeu, ainda que limitadas, revestem-se de evidente importância, porquanto permitiram enfrentar com celeridade e eficácia alguns problemas entretanto surgidos ou lidar com outros que se encontravam pendentes de resolução desde há muitos anos.

Foi, desde logo, o caso da introdução do n.º 7 do artigo 7.º, possibilitando a Portugal integrar o grupo dos fundadores do Tribunal Penal Internacional<sup>72</sup> e assim contribuir, uma vez mais, para uma importante conquista civilizacional, como acontecera em 1852 com a abolição da pena de morte para os crimes políticos ou em 1867 com a sua erradicação para os crimes comuns.

---

<sup>71</sup> A única excepção, recorde-se, foi a modificação do artigo 284.º n.º 2, que teve por objectivo clarificar o momento a partir do qual se deve contar o período de revisão ordinária da lei fundamental.

<sup>72</sup> O Estatuto de Roma foi aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 3/2002 em 20 de Dezembro de 2001 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 2/2002, de 18 de Janeiro, ambos publicados no *Diário da República*, Série I – A, n.º 15, de 18 de Janeiro de 2002. A República Portuguesa procedeu ao depósito do instrumento de ratificação em 5 de Fevereiro de 2002 (Aviso n.º 37/2002 publicado no *Diário da República*, Série I-A, n.º 107, de 9 de Maio de 2002). A entrada em vigor do Estatuto de Roma veio a ocorrer em 1 de Julho de 2002.



Também as inovações ao nível do artigo 7.º n.º 6 e, consequentemente, do artigo 33.º, criaram o enquadramento adequado para que Portugal pudesse dar um contributo eficaz na construção de um espaço europeu de liberdade, segurança e justiça e assim colaborar activamente numa causa comum: o combate, cada vez mais exigente, ao crime organizado.

Não deve, ainda, desvalorizar-se o significado da inserção do novo n.º 3 do artigo 11.º, referente à língua portuguesa. Com efeito, para além de se tratar de uma decisão instrumentalmente justificada, tendo em conta as alterações registadas no plano comunitário e a consagração de novas figuras como, v. g., o mandado de captura europeu, tal normativo visa ainda deixar uma mensagem clara quanto à indispensável articulação entre o nosso reforçado empenho na construção europeia e o essencial respeito pelos elementos delimitadores da identidade nacional dos Estados membros.<sup>73</sup>

A revisão do n.º 3 do artigo 34.º assume, por seu lado, relevo crescente, no contexto de um exigido reequilíbrio entre as incrementadas capacidades da actividade criminosa e as dificuldades crescentes dos meios de acção policial. Com esse desiderato, o resultado a que se chegou e que agora se encontra plasmado no texto constitucional é particularmente adequado, na medida em que, partindo do respeito pelo princípio geral da inviolabilidade nocturna do domicílio, aceita a sua excepção em casos em que a salvaguarda de outros direitos fundamentais o exija ou a protecção do interesse público, como tal reconhecido pela autoridade judicial competente, o requeira.

A alteração extraordinária permitiu, do mesmo modo, colocar um ponto final num problema que vinha suscitando sérias dificuldades no plano externo, ao estipular finalmente uma ampla equiparação de direitos políticos em favor dos cidadãos dos países de língua oficial portuguesa – doravante apenas excluídos do acesso a alguns cargos em órgãos de soberania ou do exercício de actividades directamente ligadas às funções de soberania. Tratou-se de uma inovação de grande alcance, tanto material quanto simbólico, que fez cessar a violação do princípio da reciprocidade nas relações com o Brasil<sup>74</sup> e que se traduz, ao mesmo tempo, num passo concreto no sentido da progressiva sedimentação da dimensão humana da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Por último, a modificação ao artigo 270.º criou condições para a normalização de uma situação que se arrastava há mais de uma década, com evidente

---

<sup>73</sup> Em intervenção no debate na especialidade, tivemos ocasião de chamar a atenção para esta questão, afirmando que “a declaração constitucional do carácter oficial da língua portuguesa visa transmitir um conjunto de sinais. Desde logo, o do apego à língua portuguesa, pelo que ela significa de essencial na definição da identidade e do carácter nacional, mas também o sinal de que, como comunidade, não estamos disponíveis para aceitar alterações ao regime linguístico actualmente vigente na União Europeia, que coloca, em pé de igualdade, todas as línguas oficiais dos Estados membros” (*Diário da Assembleia da República*, n.º 9, cit., p. 274).

<sup>74</sup> Ver nota 34 *supra*.



prejuízo para a estabilidade das forças de segurança e para a linearidade do respectivo relacionamento com os órgãos do poder político. Também aqui foi possível atingir um entendimento construtivo, garantindo aos profissionais daquelas forças o direito ao associativismo sindical por que tanto se tinham batido, ao mesmo tempo que se preservou o interesse público por via da restrição constitucional do direito à greve.

Nada do que era essencial no texto constitucional foi portanto atingido. Ao invés, as alterações a que se procedeu beneficiaram a lei fundamental de 1976, contribuindo para resolver alguns problemas importantes e delicados. Por tudo isso tratou-se, inequivocamente, de uma útil e boa revisão constitucional.

## ANEXO I

### **PROJECTOS DE RESOLUÇÃO VISANDO A ASSUNÇÃO DE PODERES DE REVISÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 120/VIII

#### ASSUNÇÃO DE PODERES DE REVISÃO CONSTITUCIONAL EXTRAORDINÁRIA PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Após a revisão da Constituição da República Portuguesa em 1997, relevantes desenvolvimentos em curso na cena internacional e europeia levaram vários Estados da União Europeia a introduzir alterações nos respectivos ordenamentos constitucionais.

Está em vista, em tais alterações, a emergência de uma mais ampla tutela internacional dos direitos do homem, com a instituição de um tribunal penal internacional de carácter permanente que complemente as jurisdições nacionais no combate a alguns dos mais graves crimes que afectam a humanidade; e estão em vista também, nalguns casos, necessidades que decorrerão da construção do «espaço de liberdade, segurança e justiça», prometido à Europa no Tratado de Amsterdão.

Para que Portugal possa participar plenamente em tais movimentos instituidores de inovadoras plataformas regionais e internacionais de combate à impunidade e de defesa das vítimas dos mais graves crimes – promovendo no seu interior, quando for caso disso, as suas próprias soluções e valores jurídico-constitucionais – é necessário efectuar também algumas alterações no actual texto constitucional, de forma a legitimar tal participação.

Abrindo-se a revisão constitucional ordinária apenas em Setembro de 2002, o meio idóneo para permitir que essa participação se processe em tempo oportuno é a realização de uma revisão extraordinária, com o objecto e alcance que ficam indicados.

Assim, ao abrigo dos artigos 284.º e 285.º da Constituição da República Portuguesa e pelos fundamentos expostos, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõem que a Assembleia da República assuma de imediato poderes constituintes, a fim de proceder a uma revisão extraordinária da Constituição.

Palácio de São Bento, 2 de Março de 2001. – Os Deputados do PS: *Francisco de Assis – Jorge Lacão – Alberto Costa – Osvaldo Castro – Manuel dos Santos – José Vera Jardim – Maria de Belém Roseira – António Reis – Ana Catarina Mendonça – Dias Baptista – José Miguel Medeiros – Ricardo Gonçalves – Luís Patrão – Maria Antónia Almeida Santos – Celeste Correia – José Egípto – José Barros Moura – João Cravinho – Maria Santos* – e uma assinatura ilegível.

## PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 122/VIII

### ASSUNÇÃO DE PODERES DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

#### Exposição de motivos

A constante evolução do País e do posicionamento de Portugal no mundo reclamam dos responsáveis políticos um acompanhamento permanente das dinâmicas de mudança e uma disponibilidade inovadora que favoreça um caminho colectivo de progresso e modernidade, sem quebras de princípios nem rupturas de valores.

Aos problemas novos que são colocados a Portugal e aos portugueses têm de corresponder soluções novas, participada e atempadamente discutidas e compreendidas por todos.

A Constituição da República Portuguesa é, simultaneamente, a pedra basilar e o fio condutor desse caminho colectivo, nela se devendo consagrar e reflectir as grandes opções que somos convocados a tomar.

É certo que são diferentes os graus de urgência para a tomada de determinadas opções e essa é a razão porque existem também modelos distintos de alteração do texto constitucional.

O processo de revisão extraordinária, como o nome indica, não assume o carácter de uma actualização global da lei fundamental, antes se dirigindo, cirurgicamente, à revisão de aspectos pontuais e não estruturantes da Constituição.

É neste entendimento que o Partido Social Democrata considera que a oportunidade de abertura de um processo extraordinário de revisão não pode deixar de dar resposta a questões específicas que na agenda política nacional estão pendentes de alterações à Constituição, mal se compreendendo que esse processo de revisão, uma vez aberto, viesse a ocorrer ignorando e secundarizando matérias que, em alguns casos, aguardam há já alguns anos pela sua resolução constitucional.

Da análise criteriosa que fazemos, e sem prejuízo de um conjunto mais alargado de matérias que, pela sua natureza estruturante, devem vir a ser tratadas em sede de uma revisão ordinária, entendemos haver quatro pontos a merecer um tratamento imediato:

- A consagração da possibilidade de reconhecimento da jurisdição do Tribunal Penal Internacional;
- A reciprocidade de direitos políticos aos cidadãos dos países de língua portuguesa;
- A exclusão do exercício do direito à greve pelas associações sindicais integradas por agentes de forças de segurança;
- A limitação à renovação sucessiva do exercício de cargos políticos e de altos cargos públicos.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 284.º, n.º 2, da Constituição, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, apresentam o seguinte projecto de resolução:

A Assembleia da República assume de imediato poderes constituintes a fim de proceder a uma revisão extraordinária da Constituição.

Palácio de São Bento, 8 de Março de 2001. Os Deputados do PSD: *Durão Barroso – António Capucho – Manuel Moreira – Manuela Ferreira Leite – Luís Marques Guedes – Pedro Roseta – Rui Rio – Carlos Encarnação – Miguel Macedo – Fernando Seara.*



## ANEXO

### PROJECTO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

#### Exposição de motivos

#### I – Tribunal Penal Internacional

O PSD entende que a existência de um Tribunal Penal Internacional permanente, que vem sendo preconizada desde o fim da I Guerra Mundial e que nunca foi possível concretizar, é um passo importante para a protecção da dignidade e dos direitos da pessoa humana.

O princípio da universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos surge hoje como indiscutível e reflecte a unidade fundamental de todos os membros da família humana, bem como o reconhecimento da sua dignidade intrínseca na diversidade que lhe é própria.

Os direitos humanos e as liberdades fundamentais são inerentes a todos os seres humanos e devem ser protegidos contra qualquer violação, conforme afirma a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993.

Não pode ser esquecido o papel pioneiro de Portugal no processo pelo qual a humanidade veio a tomar consciência da sua unidade essencial.

A Constituição veio, naturalmente, a acolher este mesmo princípio da universalidade dos direitos humanos nas suas disposições relativas aos princípios fundamentais.

A criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) tem como objectivos prevenir a repetição dos crimes contra a humanidade que aconteceram em escala inimaginável no século XX e pôr termo à actual inaceitável situação de impunidade.

Com efeito, quase todos os que cometeram os mais graves crimes contra a humanidade, o genocídio, a liquidação de milhões de inocentes, as mutilações, torturas e violações em massa não foram punidos, não tendo sido oferecida qualquer reparação à esmagadora maioria das numerosas vítimas.

É certo que existiram e existem alguns tribunais *ad hoc*, criados *a posteriori* para certos casos. Mas o que acontece é que têm julgado exclusivamente os vencidos ou os mais fracos, deixando-se sempre impunes os vencedores, que algumas vezes também praticaram crimes contra a humanidade.

Toda esta situação espelha o domínio de perspectivas ou ideologias transpessoalistas que subordinam a pessoa e os seus direitos quer a razões de oportunidade, quer aos interesses de determinados Estados, quer ainda à dupla avaliação das acções criminais à luz de certas ideologias ou projectos políticos, económicos ou sociais que os minimizam.

É esta lógica que o TPI pretende inverter.

Mas importa salvaguardar que a criação de uma jurisdição internacional permanente é complementar e em nada conflitua com a ordem jurídica interna portuguesa nem com os valores da comunidade nacional.

Devemos preservar os nossos valores, designadamente a inviolabilidade do direito à vida, que o TPI vem proteger.

É muito positivo que o TPI nunca possa aplicar a pena de morte, pena contrária à dignidade da pessoa humana. Uma vez que na sua jurisdição estão em causa os crimes mais graves e a eles não se aplica a pena de morte, abre-se uma importante oportunidade para que Portugal utilize a sua futura participação no TPI como forma de promover a total erradicação dessa pena bárbara em todo o mundo e para todas as situações.

O PSD entende ainda que Portugal deve apresentar uma declaração interpretativa ao Tratado, na qual reafirme os seus valores e o compromisso de julgar nos nossos tribunais todos os crimes punidos pelo Estatuto do TPI cometidos por portugueses, de acordo com o nosso direito interno, garantindo que a complementaridade da jurisdição do TPI não será utilizada no julgamento de nacionais.

Para tanto deve ser dada prioridade a uma revisão da nossa legislação penal, acolhendo todas as disposições necessárias a que os nossos tribunais tenham jurisdição plena. Este é realmente um aspecto fundamental, de modo a garantir a coerência da posição portuguesa.

Por último, devemos declarar formalmente a recusa em aceitar nos estabelecimentos prisionais portugueses a execução de penas de prisão não previstas na nossa ordem jurídica interna.

## II – Reciprocidade de direitos políticos

Trata-se de fazer cumprir a reciprocidade de direitos políticos que a generosa alteração à Constituição brasileira tornou ainda mais irrecusável.

Na última revisão, em 1997, o Partido Socialista ficou isolado na oposição a que essa reciprocidade fosse consagrada na Constituição.

Criou-se, assim, pela recusa do Partido Socialista, um problema tão mais incompreensível quanto tinha sido o próprio Primeiro-Ministro que, no Brasil, criara a expectativa pública quanto à consagração deste princípio.

O PSD compreendeu, em devido tempo, a importância política do tema.

Hoje estamos confrontados com uma querela que coloca dificuldades acrescidas à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e que não é compreendida pelas opiniões públicas dos países envolvidos.

Recorde-se que, face ao clamor da incompreensão do sucedido, o próprio Presidente da República, em plena visita oficial ao Brasil, chegou a concordar com uma revisão extraordinária da Constituição para este desiderato.

Os Deputados do PSD têm a consciência tranquila quanto à oportunidade e conveniência da sua iniciativa.

O Presidente da República está mais desperto para o problema. O Partido Socialista já teve tempo suficiente para o pensar melhor e decidir bem, corrigindo o erro cometido. As relações entre os países de expressão portuguesa, designadamente entre o Brasil e Portugal, exigem-no.

Ao representar a proposta que defendem desde 1997 os Deputados do PSD não desejam fazer combate político. Querem apenas reafirmar a premência na resolução de uma situação que está a ter prejuízos óbvios para Portugal e para o espírito de verdadeira comunidade que deve existir entre todos os povos de língua portuguesa.

### III – Associações sindicais nas forças de segurança

As atribuições e as competências desempenhadas pela Polícia de Segurança Pública não são de todo compagináveis com a hipótese do exercício do direito à greve.

Este princípio básico do bom senso tem sido intransigentemente defendido pelo PSD e encontra de há muito consagração legislativa, através da restrição, constitucionalmente permitida, do direito de associação sindical pelos agentes das forças de segurança.

Com leviandade, o Partido Socialista várias vezes disse aceitar a criação imediata de sindicatos na polícia, sem a adequada norma constitucional de restrição à greve, que diz também defender.

A verdade, porém, é que, sendo certo que existe habilitação constitucional para, no plano do direito de associação, proibir na lei a criação de associações sindicais, uma vez retirada da lei essa restrição fica a descoberto qualquer proibição ao exercício do direito à greve, a menos que expressamente essa possibilidade esteja consagrada no contexto das normas constitucionais sobre as associações de natureza sindical.

Têm agora os socialistas a oportunidade de, sem equívocos, concretizarem de boa fé aquilo que com ligeireza vêm há algum tempo dizendo defender.

### IV – Limitação a mandatos sucessivos

O princípio da renovação no exercício de funções de poder político está já consagrado na nossa Constituição.

Destina-se, em termos genéricos, a prevenir e evitar o abuso e o mau uso do poder, perigo exponenciado pela sua perpetuação.

Sempre entendeu o PSD que esse princípio devia ter expressão não só no plano da temporização precisa de cada mandato mas também no plano da limitação à sucessão continuada de mandatos.

De resto, internamente, essa é uma regra já estabelecida nos estatutos e praticada há anos nos órgãos dirigentes do PSD.

É um princípio de ética e transparência da actividade política que não deve dirigir-se em particular a qualquer área específica do poder político, sob pena da criação de um injusto voto de suspeição.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 285.º, n.º 1, da Constituição, os Deputados abaixo assinados, do Partido Social Democrata, apresentam o seguinte projecto de revisão constitucional:

#### ARTIGO ÚNICO

Os artigos 7.º, 15.º, 56.º e 118.º da Constituição da República Portuguesa passam a ter a seguinte redacção:

«ARTIGO 7.º  
(*Relações internacionais*)

1 – (...)

2 – (...)



3 – (...)

4 – (...)

5 – (...)

6 – (...)

7 – Portugal pode, em condições de complementaridade face à jurisdição nacional e tendo em vista a realização de uma justiça internacional que promova o respeito pelos direitos da pessoa humana e dos povos, reconhecer a jurisdição do Tribunal Penal Internacional, conforme estabelecido no Estatuto de Roma.

ARTIGO 15.º

*(Estrangeiros, apátridas, cidadãos europeus)*

1 – (...)

2 – (...)

3 – Aos cidadãos da República Federativa do Brasil e dos demais Estados de língua oficial portuguesa, com residência permanente em Portugal, são reconhecidos, nos termos da lei, mediante observância das convenções internacionais e em condições de reciprocidade, os direitos próprios dos cidadãos portugueses, com excepção do direito de acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Presidente do Tribunal Constitucional, e do serviço nas forças armadas e na carreira diplomática.

4 – (...)

5 – (...)

ARTIGO 56.º

*(Direitos das associações sindicais e contratação colectiva)*

1 – (...)

2 – (...)

3 – (...)

4 – (...)

5 – A lei pode estabelecer restrições ao exercício dos direitos de associações sindicais integradas por agentes de forças de segurança, designadamente do direito à greve.

ARTIGO 118.º

*(Princípio da renovação)*

1 – (actual corpo do artigo)

2 – A lei pode estabelecer limites à renovação sucessiva do mandato dos titulares de cargos políticos e do exercício de altos cargos públicos, com natureza executiva e duração certa.»

*Despacho n.º 89/VIII, de admissibilidade do projecto de resolução*

Um conjunto de Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do PSD apresentou o projecto de resolução a que coube o n.º 122/VIII, pelo qual propõem que a Assembleia da

República assuma «poderes de revisão constitucional». Poderes de revisão extraordinária – precise-se –, como decorre da redacção concreta da resolução proposta.

Do texto da resolução não consta a menção das matérias sobre as quais há-de incidir a revisão. É duvidoso que devesse constar. Não falta quem entenda que sim, mas não foi esse o critério seguido em anteriores revisões extraordinárias. Essa precisão, no entanto, seria útil para balizar a natureza extraordinária da revisão de que se trate.

Não obstante, da exposição de motivos do referido projecto consta a menção das matérias que, no entender dos seus ilustres subscritores, devem «merecer um tratamento imediato».

Até aqui nenhuma perplexidade se me coloca. Mas os mesmos subscritores entenderam dever juntar ao seu projecto de resolução um «Anexo», constituído por um «Projecto de revisão constitucional n.º .../VIII», com menção dos artigos da Constituição a rever, e das concretas propostas de alterações a introduzir nesses artigos.

É meu entendimento, com ressalva de outro melhor, que assim se fazem coincidir no tempo dois momentos, ou melhor, duas propostas de deliberação tão necessariamente separáveis que uma delas condiciona a possibilidade ou impossibilidade da outra.

Para que ocorra uma revisão extraordinária da Constituição é, pois, necessária uma dupla deliberação. Pela primeira, a Assembleia da República pronuncia-se sobre se assume ou não poderes de revisão extraordinária da Constituição. Se por maioria qualificada de quatro quintos deliberar que sim, segue-se a publicação da resolução e, a partir daí, qualquer Deputado pode apresentar um projecto de lei de revisão extraordinária propriamente dito. Se nenhum projecto for apresentado, a assunção de poderes extraordinários de revisão terá ocorrido em pura perda. Apresentado o primeiro projecto de lei de revisão, todos os outros terão de ser apresentados no prazo de 30 dias, sob pena de caducidade do correspondente direito.

Daqui decorre que estou impedido de receber o projecto de lei de revisão anexo ao referido projecto de resolução, mas não este. Se assim não fizesse, pressupunha uma assunção de poderes que ainda não teve lugar; consagrava um privilégio de iniciativa extemporânea que não está ao meu alcance consagrar; e fixava por despacho irritado e nulo um *dies a quo* para a contagem do referido prazo de 30 dias, o que, de igual modo, não está na minha disponibilidade. Que eu o recebesse não terá sido, sequer, o objectivo dos seus ilustres subscritores. Assim sendo, porém, por que razão o terão subscrito?

Não podendo admitir o referido projecto de lei anexo, não creio que seja imperativa a sua desanexação. Passará a constituir um simples elemento de informação sem valor jurídico e com mero valor documental.

Nestes termos:

- Recebo o projecto de resolução n.º 122/VIII.
- Baixe à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, apesar de as resoluções, por regra, não baixarem.
- Publique-se, registe-se e notifique-se.

Palácio de São Bento, 12 de Março de 2001. O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

## PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 130/VIII

### ASSUNÇÃO DE PODERES DE REVISÃO CONSTITUCIONAL EXTRAORDINÁRIA PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Deputados dos Grupos Parlamentares do PS e do PSD apresentaram, em separado, projectos de resolução que visam a assunção, pela Assembleia da República, de poderes de revisão extraordinária da Constituição, com base no n.º 2 do artigo 284.º da Constituição da República Portuguesa.

Tais projectos só podem atingir o objectivo visado quando votados por maioria de quatro quintos dos Deputados em efectividade de funções, maioria só atingível pelos votos conjugados dos mesmos grupos parlamentares.

Sendo que, na parte resolutiva, os dois projectos quase textualmente coincidem, e em qualquer caso se equivalem; e como o primeiro votado, por hipótese favoravelmente, prejudicaria a votação do segundo, acordaram os subscritores de um e outro desses projectos em os fundirem num texto único de substituição, com a consequente invalidação, retirando-os dos respectivos projectos originários.

A justificação das duas iniciativas tem como denominador comum a necessidade de, com carácter urgente, arrear os obstáculos que a Constituição da República Portuguesa na sua versão em vigor, opõe à aprovação, pela Assembleia da República, do Tratado de Roma que institui o Tribunal Penal Internacional. Complementarmente, no reconhecimento da jurisdição desse Tribunal, instrumento de combate a nível supranacional dos crimes mais graves que afectam a Humanidade, num quadro de reforço da tutela internacional dos Direitos do Homem.

Estes objectivos revestem-se de tal significado que não é aceitável que para atingi-los se aguarde a próxima revisão ordinária, ainda distante e necessariamente morosa.

Tratando-se de uma revisão extraordinária, é desejável que os projectos de revisão a apresentar respeitem, tanto quanto possível – já que nenhuma imposição é lícita –, essa característica dos poderes constituintes a assumir pela Assembleia.

Nestes termos, e nos do disposto nos artigos 156.º, alínea b) e 284.º, n.º 2, da Constituição da República, os Deputados abaixo assinados dos Grupos Parlamentares do PS e do PSD apresentam o seguinte projecto de resolução:

A Assembleia da República assume, de imediato, poderes de revisão extraordinária da Constituição.

A presente resolução entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Os Deputados: *Francisco de Assis* (PS) – *António Capucho* (PSD) – *Guilherme Silva* (PSD) – *Luís Marques Guedes* (PSD) – *Carlos Encarnação* (PSD) – *Maria de Belém Roseira* (PS) – *José Barros Moura* (PS) – *Manuel dos Santos* (PS) – *António Reis* (PS) – *Dias Baptista* (PS) – *João Cravinho* (PS) – *Maria Celeste Correia* (PS) – *José Miguel Medeiros* (PS) – *Ana Catarina Mendonça* (PS) – *Ricardo Gonçalves* (PS) – *José Saraiva* (PS).



## ANEXO II

### PROJECTOS DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

#### PROJECTO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL Nº 1/VIII – PSD

##### Exposição de motivos

##### I – Tribunal Penal Internacional

O PSD entende que a existência de um tribunal penal internacional permanente, que vem sendo preconizada desde o fim da I Guerra Mundial e que nunca foi possível concretizar, é um passo importante para a protecção da dignidade e dos direitos da pessoa humana.

O princípio da universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos surge hoje como indiscutível e reflecte a unidade fundamental de todos os membros da família humana, bem como o reconhecimento da sua dignidade intrínseca na diversidade que lhe é própria.

Os direitos humanos e as liberdades fundamentais são inerentes a todos os seres humanos e devem ser protegidos contra qualquer violação, conforme afirma a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos realizada em Viena em 1993.

Não pode ser esquecido o papel pioneiro de Portugal no processo pelo qual a Humanidade veio a tomar consciência da sua unidade essencial.

A Constituição veio naturalmente a acolher este mesmo princípio da universalidade dos direitos humanos nas suas disposições relativas aos Princípios Fundamentais.

A criação do Tribunal Penal Internacional (TPI) tem como objectivos prevenir a repetição dos crimes contra a Humanidade, que aconteceram em escala inimaginável no século XX, e pôr termo à actual inaceitável situação de impunidade.

Com efeito, quase todos os que cometeram os mais graves crimes contra a Humanidade, o genocídio, a liquidação de milhões de inocentes, as mutilações, torturas e violações em massa não foram punidos, não tendo sido oferecida qualquer reparação à esmagadora maioria das numerosas vítimas.

É certo que existiram e existem alguns Tribunais *ad hoc*, criados *a posteriori* para certos casos. Mas o que acontece é que têm julgado exclusivamente os vencidos ou os mais fracos, deixando-se sempre impunes os vencedores, que algumas vezes também praticaram crimes contra a Humanidade.

Toda esta situação espelha o domínio de perspectivas ou ideologias transpersonais que subordinam a pessoa e os seus direitos quer a razões de oportunidade, quer aos interesses de determinados Estados, quer ainda à dupla avaliação das acções criminais à luz de certas ideologias ou projectos políticos, económicos ou sociais que os minimizam.

É esta lógica que o TPI pretende inverter.

Mas importa salvaguardar que a criação de uma jurisdição internacional perma-

nente é complementar e em nada conflitua com a ordem jurídica interna portuguesa nem com os valores da comunidade nacional.

Devemos preservar os nossos valores, designadamente a inviolabilidade do direito à vida, que o TPI vem proteger.

É muito positivo que o TPI nunca possa aplicar a pena de morte, pena contrária à dignidade da pessoa humana. Uma vez que na sua jurisdição estão em causa os crimes mais graves e a eles não se aplica a pena de morte, abre-se uma importante oportunidade para que Portugal utilize a sua futura participação no TPI como forma de promover a total erradicação dessa pena bárbara, em todo o Mundo e para todas as situações.

O PSD entende ainda que Portugal deve apresentar uma declaração interpretativa ao Tratado na qual reafirme os seus valores e o compromisso de julgar nos nossos Tribunais todos os crimes punidos pelo Estatuto do TPI cometidos por portugueses, de acordo com o nosso direito interno, garantindo que a complementaridade da jurisdição do TPI não será utilizada no julgamento de nacionais.

Para tanto, deve ser dada prioridade a uma revisão da nossa legislação penal, acolhendo todas as disposições necessárias a que os nossos Tribunais tenham jurisdição plena. Este é realmente um aspecto fundamental, de modo a garantir a coerência da posição portuguesa.

Por último, devemos declarar formalmente a recusa em aceitar nos estabelecimentos prisionais portugueses a execução de penas de prisão não previstas na nossa ordem jurídica interna.

## II – Reciprocidade de direitos políticos

Trata-se de fazer cumprir a reciprocidade de direitos políticos que a generosa alteração à Constituição brasileira tornou ainda mais irrecusável.

Na última revisão, em 1997, o Partido Socialista ficou isolado na oposição a que essa reciprocidade fosse consagrada na Constituição.

Criou-se, assim, pela recusa do Partido Socialista, um problema tão mais incompreensível quanto tinha sido o próprio Primeiro-Ministro que, no Brasil, criara a expectativa pública quanto à consagração deste princípio.

O PSD compreendeu, em devido tempo, a importância política do tema.

Hoje estamos confrontados com uma querela que coloca dificuldades acrescidas à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e que não é compreendida pelas opiniões públicas dos países envolvidos.

Recorde-se que face ao clamor da incompreensão do sucedido, o próprio Presidente da República, em plena visita oficial ao Brasil, chegou a concordar com uma revisão extraordinária da Constituição para este desiderato.

Os Deputados do PSD têm a consciência tranquila quanto à oportunidade e conveniência da sua iniciativa.

O Presidente da República está mais desperto para o problema. O Partido Socialista já teve tempo suficiente para o pensar melhor e decidir bem, corrigindo o erro cometido. As relações entre os países de expressão portuguesa, designadamente entre o Brasil e Portugal, exigem-no.

Ao reapresentar a proposta que defendem desde 1997, os Deputados do PSD não desejam fazer combate político, querem apenas reafirmar a premência na resolução de

uma situação que está a ter prejuízos óbvios para Portugal e para o espírito de verdadeira comunidade que deve existir entre todos os povos de língua portuguesa.

### III – Associações sindicais nas forças de segurança

As atribuições e as competências desempenhadas pela Polícia de Segurança Pública não são de todo compagináveis com a hipótese do exercício do direito à greve.

Este princípio básico do bom senso tem sido intransigentemente defendido pelo PSD e encontra de há muito consagração legislativa, através da restrição, constitucionalmente permitida, do direito de associação sindical pelos agentes das forças de segurança.

Com levandade, o Partido Socialista várias vezes disse aceitar a criação imediata de sindicatos na polícia, sem a adequada norma constitucional de restrição à greve, que diz também defender.

A verdade, porém, é que sendo certo que existe habilitação constitucional para, no plano do direito de associação, proibir na lei a criação de associações sindicais, uma vez retirada da lei essa restrição fica a descoberto qualquer proibição ao exercício do direito à greve, a menos que expressamente essa possibilidade esteja consagrada no contexto das normas constitucionais sobre as associações de natureza sindical.

Têm agora os socialistas a oportunidade de, sem equívocos, concretizarem de boa fé aquilo que com ligeireza vêm há algum tempo dizendo defender.

### IV – Limitação a mandatos sucessivos

O princípio da renovação no exercício de funções de poder político está já consagrado na nossa Constituição.

Destina-se, em termos genéricos, a prevenir e evitar o abuso e o mau uso do poder, perigo exponenciado pela sua perpetuação.

Sempre entendeu o PSD que esse princípio devia ter expressão não só no plano da temporização precisa de cada mandato, mas também no plano da limitação à sucessão continuada de mandatos.

De resto, internamente, essa é uma regra já estabelecida nos estatutos e praticada há anos nos órgãos dirigentes do PSD.

É um princípio de ética e transparência da actividade política que não deve dirigir-se em particular a qualquer área específica do poder político, sob pena da criação de um injusto voto de suspeição.

Assim, ao abrigo, do disposto no artigo 285.º, n.º 1, da Constituição, os Deputados abaixo assinados, do Partido Social Democrata, apresentam o seguinte projecto de revisão constitucional:

### ARTIGO ÚNICO

Os artigos 7.º, 15.º, 56.º e 118.º da Constituição da República Portuguesa, passam a ter a seguinte redacção:



«ARTIGO 7.º  
(*Relações internacionais*)

- 1 – (...)
- 2 – (...)
- 3 – (...)
- 4 – (...)
- 5 – (...)
- 6 – (...)

7 – Portugal pode, em condições de complementaridade face à jurisdição nacional e tendo em vista a realização de uma justiça internacional que promova o respeito pelos direitos da pessoa humana e dos povos, reconhecer a jurisdição do Tribunal Penal Internacional, conforme estabelecido no Estatuto de Roma.

ARTIGO 15.º  
(*Estrangeiros, apátridas, cidadãos europeus*)

- 1 – (...)
- 2 – (...)

3 – Aos cidadãos da República Federativa do Brasil e dos demais Estados de língua oficial portuguesa, com residência permanente em Portugal, são reconhecidos, nos termos da lei, mediante observância das convenções internacionais e em condições de reciprocidade, os direitos próprios dos cidadãos portugueses, com excepção do direito de acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Presidente do Tribunal Constitucional, e do serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática.

- 4 – (...)
- 5 – (...)

ARTIGO 56.º  
(*Direitos das associações sindicais e contratação colectiva*)

- 1 – (...)
- 2 – (...)
- 3 – (...)
- 4 – (...)

5 – A lei pode estabelecer restrições ao exercício dos direitos de associações sindicais integradas por agentes de forças de segurança, designadamente do direito à greve.

ARTIGO 118.º  
(*Princípio da renovação*)

- 1 – (actual corpo do artigo).

2 – A lei pode estabelecer limites à renovação sucessiva do mandato dos titulares de cargos políticos e do exercício de altos cargos públicos, com natureza executiva e duração certa».

Palácio de São Bento, 5 de Abril de 2001. – Os Deputados do PSD: *António Capucho – Armindo Telmo Ferreira – Luís Marques Guedes – David Justino – Guilherme Silva – António Abelha – Mário Albuquerque – Pedro Roseta – Patinha Antão – António Silva – Maria Manuela Aguiar – Miguel Macedo – Carlos Encarnação – José de Matos Correia – Eugénio Marinho – João Maçãs – Fernando Penha Pereira – Manuel Moreira – Luís Pedro Pimentel – António Montalvão Machado – Virgílio Costa – Nuno Sancho Ramos – Fernando Seara – Carlos Antunes.*

## PROJECTO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL N.º 2/VIII – PS

### Nota justificativa

Após a revisão da Constituição da República Portuguesa em 1997, relevantes desenvolvimentos em curso na cena internacional e europeia levaram vários Estados da União Europeia a introduzir alterações nos respectivos ordenamentos constitucionais.

Está em vista, em tais alterações, a emergência de uma mais ampla tutela internacional dos direitos do homem; com a instituição de um tribunal penal internacional de carácter permanente que complementa as jurisdições nacionais no combate a alguns dos mais graves crimes que afectam a humanidade; e estão em vista também, nalguns casos, necessidades que decorrerão da construção do «espaço de liberdade, de segurança e de justiça», prometido à Europa no Tratado de Amsterdão.

Para que Portugal possa participar plenamente em tais movimentos instituidores de inovadoras plataformas regionais e internacionais de combate à impunidade e de defesa das vítimas dos mais graves crimes – promovendo no seu interior, quando for caso, disso, as suas próprias soluções e valores jurídico-constitucionais – justifica-se também algumas alterações no actual texto constitucional, de forma a legitimar tal participação.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no artigo 285.º, n.º 1, da Constituição, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresentam o seguinte projecto de revisão constitucional:

### ARTIGO 1.º

O artigo 7.º da Constituição da República Portuguesa passa a ter a seguinte redacção:

«ARTIGO 7.º  
(*Relações internacionais*)

(...)

6. Portugal pode, em condições de reciprocidade, com respeito pelo princípio da subsidiariedade e tendo em vista a realização da coesão económica e social e de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, convencionar o exercício em comum dos poderes necessários à construção da união europeia».

## ARTIGO 2.º

É aditado à Constituição da República Portuguesa, o artigo 298.º- A, com a redacção seguinte:

### «ARTIGO 298.º-A (*Justiça Internacional*)

Portugal pode reconhecer a jurisdição do Tribunal Penal Internacional instituído pelo Estatuto de Roma, de 17 de Julho de 1998, nas condições nele previstas».

Assembleia da Republica, 5 de Abril de 2001. – Os Deputados do PS: *Francisco Assis – Osvaldo Castro – Maria de Belém Roseira – Ana Catarina Mendonça – António Reis – Manuel Alegre – Jorge Lacão – José Lamego – Dias Baptista – José Vera Jardim – Manuel dos Santos – José Barros Moura – Jorge Coelho – Maria Celeste Correia.*

## PROJECTO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL N.º 3/VIII – CDS/PP

### Exposição de motivos

A Assembleia da República assumiu poderes de revisão extraordinária da Constituição pela Resolução da Assembleia da República n.º 27/2001, de 4 de Abril.

O CDS-PP reafirma o seu entendimento de que esta revisão deve ser limitada ao essencial, e, por isso, o seu projecto de revisão constitucional se resume a alterar apenas três matérias do texto constitucional.

As duas primeiras alterações respeitam a preceitos que integram o conjunto de disposições sobre direitos, liberdades e garantias pessoais.

A primeira é uma alteração à norma que consagra a inviolabilidade do domicílio e da correspondência, norma essa que consta do artigo 34.º da Constituição.

O actual n.º 3 deste artigo 34.º estabelece uma proibição absoluta de realização de buscas domiciliárias durante a noite, facto que tem favorecido a prática de determinados crimes – nomeadamente os associados ao tráfico de estupefacientes – precisamente durante aquele período. Propõe-se o CDS-PP alterar esta disposição constitucional no sentido de, em certos casos, ser possível a realização de buscas domiciliárias mesmo durante a noite, a coberto de mandado judicial.

A segunda alteração, em matéria de direito de associação, vai no sentido de acolher expressa e inequivocamente a possibilidade de a lei ordinária estabelecer restrições em matéria de exercício de direitos por associações sindicais de forças de segurança que tenham natureza civil, nomeadamente o exercício do direito à greve.

A questão do exercício da greve por parte das associações sindicais de forças de segurança de natureza civil – ou seja, a Polícia de Segurança Pública – tem sido invocada para justificar a impossibilidade de constituição de associações sindicais de profissionais desta força de segurança, com base no argumento de que as atribuições e competências desempenhadas pela Polícia de Segurança Pública não são compagináveis com o exercício do direito à greve.



A necessidade de reconhecimento da liberdade sindical da polícia é, contudo, uma decorrência natural da vertente civilista desta força de segurança, hoje inequivocamente consagrada na nova Lei de Organização e Funcionamento da Polícia de Segurança Pública (Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro), que procedeu à restituição à PSP da sua natureza civil de força de segurança constituída por um conjunto de agentes que prestam um serviço público à comunidade.

Com a consagração da possibilidade de a lei restringir o exercício deste direito, portanto, abrir-se-á a possibilidade de constituição de associações sindicais nesta força de segurança, transitando-se, assim, do actual patamar das associações profissionais para outro de maior dignidade e responsabilidade na defesa dos direitos e interesses desta classe de profissionais.

A terceira alteração respeita a matéria de princípios gerais de organização do poder político, e visa estabelecer a possibilidade de a lei ordinária consagrar limitações à renovação sucessiva dos mandatos dos titulares de cargos políticos eleitos por sufrágio universal.

A necessidade desta limitação é particularmente sentida no âmbito das eleições para os órgãos das autarquias locais, e destina-se a assegurar a renovação do sistema e a criação de condições para um exercício transparente das funções autárquicas.

Nestes termos, os Deputados do CDS-PP abaixo assinados apresentam o seguinte projecto de revisão constitucional:

#### ARTIGO ÚNICO

Os artigos 34.º, 56.º e 118.º da Constituição da República Portuguesa passam a ter a seguinte redacção:

##### «ARTIGO 34.º

(...)

1 – (...)

2 – (...)

3 – A entrada no domicílio de qualquer pessoa durante a noite depende da verificação de um dos seguintes pressupostos:

a) O consentimento do visado, ou visados;

b) Ordem de autoridade judicial competente, no caso de criminalidade relacionada com tráfico de estupefacientes, e segundo as formas previstas na lei.

4 – (...)

##### ARTIGO 56.º

(...)

1 – (...)

2 – (...)

3 – (...)

4 – (...)

5 – A lei pode estabelecer restrições ao exercício dos direitos de associações sindi-

cais integradas por agentes de forças de segurança de natureza civil, designadamente do direito à greve.

ARTIGO 118.º

(...)

1 – (corpo do artigo)

2 – A lei pode estabelecer limites à renovação sucessiva do mandato dos titulares de cargos políticos eleitos por sufrágio directo e universal.»

Palácio de São Bento, 23 de Abril de 2001. – Os Deputados do CDS-PP: *Basílio Horta – Paulo Portas – Narana Coissoró – Rosado Fernandes – Têlmo Correia – Sílvio Rui Cervean – Herculano Gonçalves – Manuel Queiró – Nuno Teixeira de Melo – Miguel Anacoreta Correia.*

### ANEXO III

#### **CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO EVENTUAL PARA A REVISÃO CONSTITUCIONAL**

*Deliberação n.º 7 – PL/2001*

A Assembleia da República delibera, ao abrigo do disposto nos artigos 39.º e 40.º do Regimento, o seguinte:

1 – Que seja constituída uma Comissão Eventual para a Revisão Constitucional extraordinária que aprecie os projectos de lei de revisão constitucional atempadamente apresentados.

2 – Fixar em 90 dias, prorrogáveis por decisão do Plenário da Assembleia da República e a solicitação da própria Comissão, o prazo de funcionamento da Comissão.

3 – Que a Comissão tenha a seguinte composição:

- 16 Deputados designados pelo Grupo Parlamentar do PS;
- 10 Deputados designados pelo Grupo Parlamentar do PPD-PSD;
- 2 Deputados designados pelo Grupo Parlamentar do PCP;
- 2 Deputados designados pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP;
- 1 Deputado designado pelo Grupo Parlamentar de Os Verdes;
- 1 Deputado designado pelo Grupo Parlamentar do BE.

4 – Que a Comissão inicie os seus trabalhos imediatamente após ter tomado posse.

Aprovada em 9 de Maio de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.



## ANEXO IV

### **REGULAMENTO DA COMISSÃO EVENTUAL PARA A REVISÃO CONSTITUCIONAL**

#### ARTIGO 1.º

##### **Composição**

1 – A Comissão Eventual para a Revisão Constitucional é composta por 32 Deputados, com a seguinte distribuição:

16 Deputados do PS;  
10 Deputados do PSD;  
Dois Deputados do CDS-PP;  
Dois Deputados do PCP;  
Um Deputado de Os Verdes;  
Um Deputado do BE.

2 – Podem ser indicados suplentes a todo o tempo e, na sua falta ou impedimento, os membros da Comissão podem fazer-se substituir ocasionalmente por outros Deputados do mesmo grupo parlamentar.

3 – O grupo parlamentar a que o Deputado pertença pode promover a sua substituição a todo o tempo.

#### ARTIGO 2.º

##### **Competência**

Compete à Comissão Eventual para a Revisão Constitucional:

- a) Proceder à sistematização das propostas de alteração à Constituição, constantes dos projectos de revisão apresentados, com vista à sua discussão e votação no Plenário;
- b) Apreciar as propostas de alteração à Constituição e sugerir ao Plenário a aprovação de qualquer delas ou de textos de substituição;
- c) Apreciar a correspondência dirigida à Assembleia da República respeitante à revisão constitucional;
- d) Proceder à redacção final das alterações à Constituição aprovadas pelo Plenário da Assembleia;
- e) Reunir num único decreto de revisão as alterações aprovadas e inseri-las nos lugares próprios da Constituição, mediante as substituições, as supressões e os aditamentos necessários.

#### ARTIGO 3.º

##### **Mesa**

A mesa é composta por um presidente, um vice presidente e dois secretários, eleitos pelo plenário da Comissão de entre os seus membros.

#### ARTIGO 4.º

##### **Convocação das reuniões**

1 – As reuniões serão marcadas pela própria Comissão ou pelo seu presidente, ouvidos os restantes membros da mesa.

2 – A convocação pelo presidente deve ser feita através dos serviços competentes da Assembleia, com a antecedência mínima de 24 horas.

#### ARTIGO 5.º

##### **Ordem de trabalhos**

1 – A ordem de trabalhos de cada reunião da Comissão será marcada na reunião anterior ou, no caso de convocação pelo presidente, será fixada por este, ouvidos os restantes membros da mesa.

2 – A ordem de trabalhos fixada pode ser alterada na própria reunião, desde que não haja oposição de qualquer membro da Comissão.

#### ARTIGO 6.º

##### **Quorum**

A Comissão funcionará estando presente, pelo menos, um terço dos seus membros.

#### ARTIGO 7.º

##### **Interrupção das reuniões**

Para efeitos de reunião dos seus membros, poderá qualquer grupo parlamentar requerer a interrupção de reunião plenária por período não superior a 15 minutos, a qual não poderá ser recusada pelo presidente se o grupo parlamentar ainda não tiver exercido esse direito durante a mesma reunião.

#### ARTIGO 8.º

##### **Textos de substituição e adaptações**

1 – A Comissão não pode sugerir ao Plenário da Assembleia da República textos de substituição que abranjam preceitos e artigos da Constituição não contemplados em qualquer projecto de revisão.

2 – Todavia, caso a aprovação de alterações ou de textos de substituição implique, por si, adaptações em preceitos não contemplados em qualquer projecto de revisão, pode a Comissão proceder às necessárias adaptações.

#### ARTIGO 9.º

##### **Deliberações**

A sugestão ao Plenário de quaisquer propostas de alteração constantes de projectos

de revisão e de textos de substituição, bem como as restantes deliberações, são tomadas nos termos gerais do Regimento da Assembleia da República.

**ARTIGO 10.º**

**Publicidade das reuniões da Comissão**

As reuniões da Comissão são públicas.

**ARTIGO 11.º**

**Actas**

1 – Os debates serão integralmente registados.

2 – As actas da Comissão serão publicadas, regularmente, na 2.ª Série do Diário da Assembleia da República, devendo incluir um sumário aprovado pela mesa, com a menção dos assuntos tratados, a indicação dos intervenientes nas discussões, os resultados das votações e outros elementos que o presidente julgue necessário incluir.

3 – As actas serão editadas a final, em separata, acompanhadas do índice analítico.

4 – O presidente da Comissão assegurará o cumprimento do disposto nos números anteriores, bem como a publicação das actas em termos de fácil consulta e leitura.

**ARTIGO 12.º**

**Relatório**

1 – A Comissão apresentará ao Plenário um relatório, donde constarão, designadamente:

- a) Referência geral ao funcionamento da Comissão e ao desenvolvimento dos seus trabalhos;
  - b) Referência geral à correspondência recebida;
  - c) Sugestões da Comissão ao Plenário aprovadas nos termos do artigo 9.º;
  - d) Posições assumidas sobre as restantes propostas de alteração à Constituição.
- 2 – A Comissão poderá apresentar relatórios parcelares.

**ARTIGO 13.º**

**Regime supletivo**

Em tudo o que não estiver previsto neste regulamento aplica-se supletivamente o Regimento da Assembleia da República.

Palácio de São Bento, 16 de Maio de 2001. O Presidente da Comissão, *José Vera Jardim*.